

# Estudo de Mercado sobre a Província de Huíla

## Índice

1.	A Província da Huíla Hoje.....	4
1.1	Geografia.....	4
1.2	Clima.....	4
1.3	Demografia.....	5
1.4	Hidrografia.....	5
1.5	Caracterização da Actividade Económica.....	9
1.5.1	Agricultura.....	9
1.5.2	Pecuária.....	11
1.5.3	Indústria.....	18
1.5.4	Comércio.....	23
1.5.5	Turismo e Hotelaria.....	24
1.6	Tecido Empresarial.....	25
1.6.1	Grupos Empresariais.....	26
1.6.2	Associações Industriais e Comerciais.....	26
1.6.3	Promoção Empresarial.....	27
1.6.4	Formação Empresarial.....	27
1.7	Caracterização dos Sectores Sociais.....	27
1.7.1	Educação.....	27
1.7.2	Saúde.....	31
1.8	Estrutura da Administração Provincial.....	32
1.9	Os Principais Activos da Huíla para Vencer o Desafio do Desenvolvimento.....	33
2.	A Província da Huíla Amanhã.....	35
2.1	Modelo de Desenvolvimento.....	35
2.1.1	Conceito de Desenvolvimento.....	35
2.1.2	Eixos de Desenvolvimento.....	35
2.2	Sectores Estratégicos.....	36
2.2.1	Agricultura.....	36
2.2.2	Pecuária.....	38
2.2.3	Indústria Transformadora.....	40
2.2.4	Indústria Extractiva.....	42
2.2.5	Segmentos Terciários Potenciais.....	43
2.3	Prioridades em Matéria de Localização Industrial.....	44
2.4	Desenvolvimento das Infraestruturas de Apoio à Actividade Económica.....	47
2.4.1	Infraestruturas Rodoviárias.....	47
2.4.2	Transportes.....	48

2.5	Grandes Projectos da Província.....	49
2.5.1	Barragem das Gangelas.....	49
2.5.2	Pólo de Desenvolvimento Industrial da Matala.....	49
2.5.3	Reabilitação do Caminho-de-Ferro de Mocâmedes.....	50
2.5.4	Centro Comercial Millenium.....	50
2.5.5	Plano Director da Cidade do Lubango.....	50
2.5.6	Programa Executivo da Indústria.....	54
3.	Enquadramento Regulamentar.....	56
3.1	Enquadramento Legal do Investimento Privado.....	56
3.2	Enquadramento Legal do Investimento Público.....	60
3.3	Enquadramento Legal da Contratação Pública.....	62
4.	Análise de Risco.....	65
5.	ANEXO – PRINCIPAIS IMPORTADORES DE ANGOLA.....	67

Estudo Desenvolvido por:



# 1. A Província da Huíla Hoje

## 1.1 Geografia

A província da Huíla está situada no sudoeste do país, tendo, grosso modo, uma forma rectangular, limitada pelos paralelos 13° 15' e 16° 30' Sul e pelos meridianos 13° 30' e 16° Leste. Dispõe de uma área de 78.879 km<sup>2</sup>.

Confina a Oeste com a província do Namibe, a Norte com as de Benguela e do Huambo, a Leste com as do Bié e do Kuando-Kubango, e a Sul com a província do Cunene. Actualmente a sua divisão administrativa é composta por 14 municípios.



## 1.2 Clima

A quase totalidade do território da Huíla encontra-se localizada na zona de climas alternadamente húmidos e secos das regiões inter-tropicais de ventos alisados, com excepção do Sul e do Sudoeste da província, onde é nítida a influência da zona das calmarias tropicais. O clima é, em geral, quente ou tropical (temperatura média anual superior a 20°C), mas nas áreas situadas a maior altitude pode ser classificado como temperado (temperado - quente), como, por exemplo, se verifica nos postos da Humpata (17,2°C), Tchivinguiro (17,8°C), Lubango (18,6°C), Kuvango (19,5°C), Quipungo (19,6°C) e Caconda (20,0°C).

O mês mais frio é o de Julho (excepcionalmente o de Junho) e o mais quente o de Outubro ou Novembro, sendo a temperatura média do mês mais quente superior a 22°C, com excepção dos postos do Lubango, Humpata e Tchivinguiro.

A amplitude da variação anual da temperatura do ar é inferior a 10°C. São raros os registos de temperaturas mínimas inferiores a 0°C, se bem que se possam verificar uma vez por outra temperaturas excepcionalmente baixas.

A quantidade de precipitação cresce de oeste para leste e de sul para norte, em virtude do relevo. As regiões de menor pluviosidade estão localizadas no extremo sudoeste da província (Curoca), onde a altura pluviométrica anual média é inferior a 500 mm, e as de maiores precipitações anuais no canto nordeste (norte das Ganguelas), com alturas superiores a 1200 mm. De modo geral, não se pode dizer que seja muito elevada a precipitação na Huíla, pois só em pouco menos de um terço da sua superfície a altura pluviométrica anual é, em média, superior a 1000mm.

A estação das chuvas é de curta duração no Sul (quatro meses – de Dezembro a Março –, sendo os meses de Abril e Novembro de transição) e um pouco mais longa no Norte (cinco meses – Novembro a Março –, com Abril e Outubro como meses de transição) e principalmente no Noroeste (a época húmida vai de Novembro a Abril, sendo Maio e Setembro de transição). Com excepção do Noroeste da Huíla, onde se nota um pequeno cacimbo em Dezembro ou Janeiro, as chuvas apresentam apenas um máximo em Janeiro, Fevereiro ou Março.

### 1.3 Demografia

A província da Huíla é das mais populosas em Angola e também das que apresenta maior densidade populacional. A densidade populacional é superior a 26 Hab/km<sup>2</sup>, pelo que só as províncias de Luanda e Huambo apresentavam maior densidade populacional (mais de 37 Hab/km<sup>2</sup>).

Os dados demográficos disponíveis são extremamente escassos, embora os que serão apresentados mereçam um grau de confiança relativa devido aos seguintes factores:

- Falta de um censo recente;
- Divergências nos dados nas diversas fontes consultadas;
- Movimentos populacionais provocados pela situação de guerra;

Contudo, esta situação não impossibilita uma análise demográfica representativa da população em estudo.

*População Residente – 1970/2005 (em mil habitantes)*

PROVÍNCIAS	ANOS									
	1970 <sup>(1)</sup>	%	1990 <sup>(2)</sup>	%	1995 <sup>(2)</sup>	%	2000 <sup>(2)</sup>	%	2005 <sup>(3)</sup>	%
Huíla	528,6	9,6	832,6	8,7	952,5	8,4	1.103,3	8,4	1.240,0	8,1
Benguela	456,7	8,3	612,5	6,4	1.258,6	11,1	1.444,6	11,1	1.546,6	10,1
<b>ANGOLA</b>	<b>5.588,0</b>	<b>100,0</b>	<b>9.570,0</b>	<b>100,0</b>	<b>11.339,0</b>	<b>100,0</b>	<b>13.134,0</b>	<b>100,0</b>	<b>15.252,0</b>	<b>100,0</b>

**Fontes e Notas:**

(1) INE, Boletim Demográfico nº 4, Luanda, 1987;

(2) Os efectivos provinciais constantes de diversas estimativas foram ajustados, proporcionalmente aos totais populacionais do País estimados pelo DIESA/UNDP. Essas estimativas provinciais foram obtidas dos Cadernos do PCR e do Relatório Nacional de Angola à Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, Joanesburgo, 2002.

(3) Estimativa baseada nas tendências de crescimento populacional das várias províncias angolanas (Ministério do Planeamento).

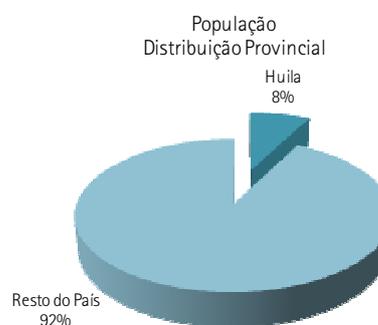
A partir da análise do presente quadro, podemos verificar que, a população da província da Huíla tem vindo a aumentar no decorrer dos anos, tendo mais do que duplicado em 35 anos. Contudo, a participação relativa da província na população total de Angola decaiu de forma ligeira.

No que toca à distribuição territorial da população, as últimas estimativas disponíveis apontam para que o município do Lubango concentre, aproximadamente, metade da população da província.

De salientar, por outro lado, que a densidade populacional média da província da Huíla é de 26,9 hab./km<sup>2</sup>, com uma concentração máxima no Município de Lubango (322 hab./km<sup>2</sup>) e mínima no Município do Kuvango (2,2 hab./km<sup>2</sup>).

### 1.4 Hidrografia

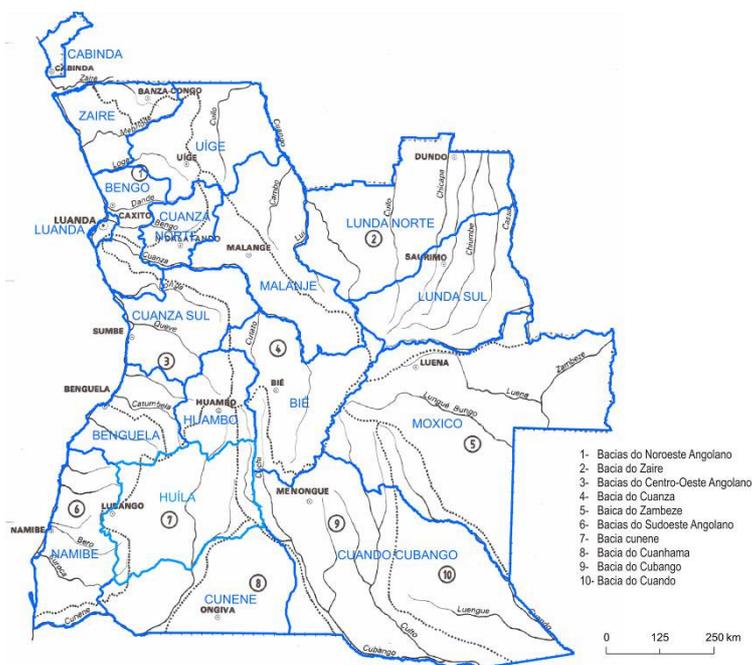
Atendendo à vocação agrícola e ao peso específico da actividade pecuária na estrutura da produção provincial, consideramos relevante proceder a uma caracterização hidrográfica da Huíla.



A Província da Huíla apresenta uma rede hidrográfica singular, dependente das características hipsométricas e de declive (referidas anteriormente). Estas características, associadas a um clima contrastado, sobretudo no sentido Norte-Sul, que opõe áreas mais húmidas a áreas de forte escassez de humidade, ditam a existência de alguns cursos de água de elevada dimensão, permanentes quanto ao seu regime, mas sobretudo uma dissecação do território por uma rede de cursos de água temporários, que escoam maioritariamente no sentido aproximado Norte-Sul.

No mapa seguinte, é possível verificar que são duas as grandes Bacias Hidrográficas que se constituem no território da Província. Tratam-se das Bacias Hidrográficas do rio Cunene (nº 7 no mapa) e do rio Cubango ou rio Okavango (nº 9 no mapa). A Bacia Hidrográfica do rio Cunene domina grande parte do território provincial (cerca de dois terços), sendo o seu curso de água principal o rio Cunene, que apresenta vários afluentes de regime permanente, bem como inúmeros afluentes de regime temporário, mesmo no sector Norte desta bacia, onde os quantitativos de precipitação são superiores.

*Enquadramento hidrográfico da Província da Huíla.*



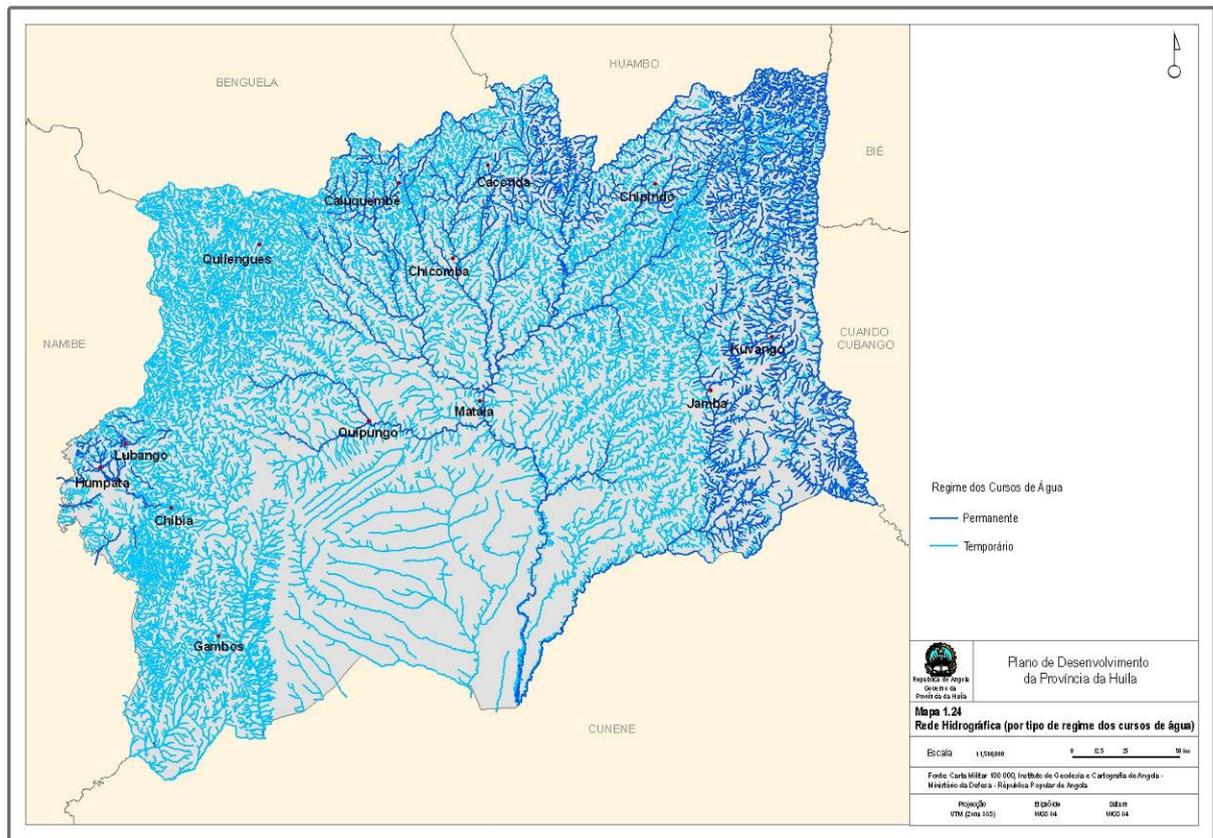
*Fonte: Retirado e adaptado de Angola, meio físico e potencialidades agrárias, DINIZ, A.C., 1991, Lisboa.*

O rio Cunene nasce próximo da cidade do Huambo e entalha a Província da Huíla no sentido geral Norte-Sul, criando uma separação sensivelmente a meio da extensa área territorial da Província, que se prolonga na Província do Cunene (a Sul desta). Na fronteira Sul da Província do Cunene, o rio inverte o seu curso para Oeste, onde, a partir das conhecidas cataratas do Ruacaná, constitui fronteira natural entre essa Província e a Namíbia. A Bacia Hidrográfica do rio Cubango ou Okavango, tal como se pode ver no mapa anterior, domina a área Este da Província da Huíla. Este curso de água, que dá o nome à bacia, nasce próximo de Tchicala-Tchibango e entalha o território, no sentido geral Norte-Sul, até às imediações da cidade de Kuvango, momento

em que inflecte para Sudeste, em direcção à Província de Cuando-Cubango. Trata-se de um curso de água de regime permanente, mas que, tal como o rio Cunene, apresenta expressivas variações intra-anuais de caudal.

Tal como se pode constatar pela análise do mapa seguinte, parte da rede hidrográfica da Província da Huíla é constituída por cursos de água de regime permanente, que correspondem, em grande medida, aos cursos de água de maior extensão, e que apresentam os caudais mais elevados.

*Rede hidrográfica da Província da Huíla.*



A Bacia Hidrográfica do rio Cunene consagra-se como a mais importante ao nível da Província, ocupando sensivelmente 56.850 Km<sup>2</sup>, o que corresponde aproximadamente a 65% do território da Huíla.

O rio Cunene é um rio de regime permanente, que apresenta caudais extremamente variáveis ao longo do ano. Os caudais na época das chuvas são normalmente muito elevados, sendo que os caudais na época seca são tradicionalmente diminutos.

Por outro lado, o rio Cunene, que nasce nas proximidades da cidade do Huambo (Província do Huambo) atravessa a Província da Huíla num sentido, sensivelmente, Norte-Sul, passando a fronteira com a Província do Cunene, e seguindo aí o seu curso para Sul.

Como principais afluentes do rio Cunene apontam-se, na sua margem esquerda: o rio São Sebastião; o rio Cubangue; o Oci e o Chitanda e o Calonga ou Colui. Na sua margem direita constituem-se: o rio Cutenda; o Qué; o Sendi ou Calonga; o Caculuar (o qual, no seu curso inferior influencia a conhecida mulola Mucupe); o Chitado e o rio dos Elefantes.

A outra Bacia Hidrográfica de grande expressão na Província da Huíla trata-se da bacia do rio Cubango ou Okavango, ocupando cerca de 10% do território. Este curso de água, também de regime permanente, tal como o rio Cunene, apresenta grandes variações intra-anuais de caudal.

Tendo a sua nascente próximo de Tchicala-Tchibango, entalha grande parte da área Este da Província da Huíla, seguindo a Sul o seu curso na Província de Cuando-Cubango.

Como principais afluentes temos, na margem esquerda do Okavango, o rio Cutato das Ganguelas (curso de água que a Norte da confluência com o rio Okavango constitui limite Este da Província); e na margem direita os rios Bale e Tanaué.

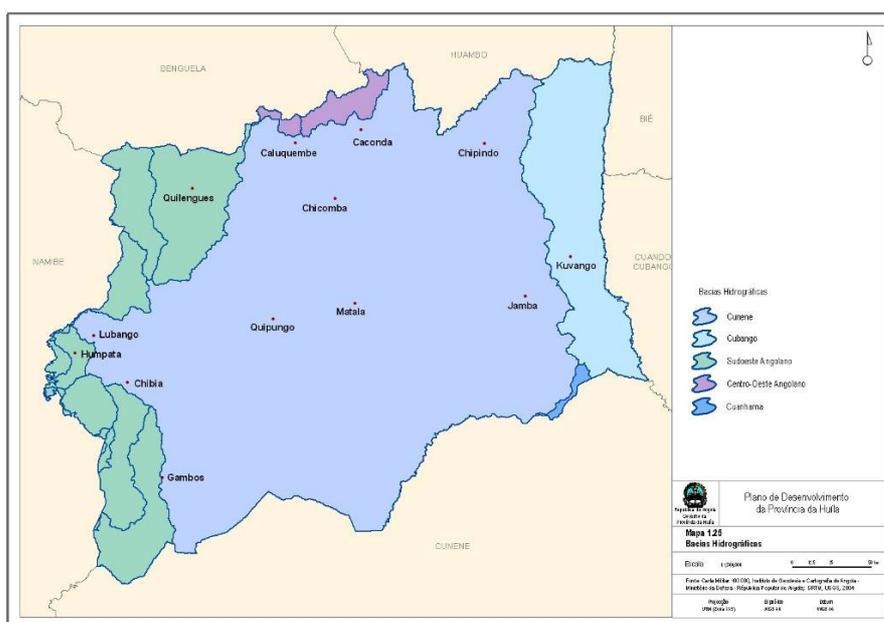
Outras Bacias Hidrográficas têm expressão na Província da Huíla, e que, embora de menor dimensão, desempenham um papel relevante. No Sudoeste da Província individualiza-se a Bacia Hidrográfica do rio Pocolo ou Curoca, cujo principal curso de água apresenta, ele próprio, um regime temporário.

Na área Noroeste da Província individualiza-se a Bacia Hidrográfica do Coporolo, que se trata de um curso de água de regime permanente, que no seu sector superior, separa a Província da Huíla da Província de Benguela.

Uma outra Bacia Hidrográfica que não tem expressão na Província, mas que é muito influenciada por esta, sobretudo pela hipsometria e declive que esta apresenta na sua área Sul, é a Bacia Hidrográfica do rio Cuvelai. Esta Bacia Hidrográfica trata-se de uma bacia de drenagem endorreica, drenagem essa que se efectua em direcção à depressão Etocha (Etocha Pan), situada no Sudoeste Africano (Namíbia).

De uma forma geral, o escoamento das águas, provenientes da precipitação, que atingem a Província, alcança o oceano Atlântico, ficando este facto a dever-se, em grande medida, ao escoamento do rio Cunene (que desagua neste oceano), e da sua Bacia Hidrográfica. Mas não só a este rio se deve este facto, uma vez que também os rios Pocolo e Coporolo desaguam no oceano Atlântico.

#### *Bacias hidrográficas da Província da Huíla.*



Fonte: Plano de Desenvolvimento da Província da Huíla

## 1.5 Caracterização da Actividade Económica

### 1.5.1 Agricultura

O território angolano encontra-se dividido em 32 zonas agrícolas que, por seu turno, podem ser agrupadas em 6 grandes regiões, cada uma tipificada pela existência de uma carga animal.

A generalidade das províncias da Huíla, Benguela, Namibe e Cunene enquadra-se no complexo da Ordenha, também denominado Complexo do Leite, caracterizado pela predominância de populações de feição pastoril e agro-pastoril, praticando transumância e onde o gado bovino tem importância como fornecedor de leite para alimentação. Esta grande região engloba oito zonas agrícolas 22/29, 23, 27, 30, 31, 33, 34 e 35, sendo que da província da Huíla fazem parte 27, 30, 31 e 33.

A situação agrícola da província da Huíla caracteriza-se por um sector privado de fraco desempenho, que não foi capaz de manter os níveis de produção das unidades agrícolas após a Independência e um sector tradicional dormente, centrado na auto-subsistência. A produção agrícola decaiu gravemente nos últimos 25 anos e a província depende de importações para satisfazer a procura de cereais.

No sector tradicional, o número total de famílias camponesas na província calcula-se em aproximadamente 140.000, cultivando as seguintes culturas numa área total de aproximadamente 300.000 ha:

- Milho: 160.000 ha;
- Massambala: 80.000 ha;
- Massango: 30.000 ha,
- Outras Culturas: 10.000 ha.

Ao contrário dos sistemas de produção de subsistência, em que as culturas principais são os cereais, nos sistemas de produção de cariz mercantil as culturas horto-frutícolas tornam-se primordiais.

No que diz respeito às culturas hortícolas, são inúmeras as espécies que podem ser enumeradas. Indica-se, apenas as mais frequentes: tomate, couve e repolho, cebola, batata-doce e rana, alho, alface, cenoura, pimento, pepino, etc...

Quanto às fruteiras poder-se-ão referir as plantações (pomares, campos ou um número reduzido de árvores dispersas pelas propriedades) de limoeiros, de laranjeiras, de tangerineiras, de maçãs, de peras, de pessegueiros, de ameixeiras, e também plantações de fruteiras tropicais, tais como de mangueiras, de ananases, de maracujás, entre outros.

Existe um sector privado na agricultura, remanescente do sector de mercado do período colonial e um conjunto de novas fazendas criadas após a liberalização da iniciativa privada e muito particularmente após 1992, com a publicação da nova lei da terra.

Os agricultores remanescentes do período colonial têm vindo a diminuir com os anos, não ultrapassando as dezenas de fazendas e pequenas propriedades que pertencem a poucos agricultores de origem portuguesa que permaneceram no país após a independência.

De um modo geral, este tipo de agricultura, ainda que incipiente, é mais moderno e produtivo do que o do sector tradicional e tem um peso marginal em relação ao global do sector. As propriedades variam significativamente em tamanho: desde uma grande fazenda, dividida em dois sectores – uma para a agricultura e outro para a criação de gado – até propriedades de 2 a 10 hectares, de alguns (poucos) produtores, normalmente localizados nos perímetros irrigados.

A produção agrícola é comercializada através de mercados municipais, mercados paralelos e, em alguns casos, através da venda para Luanda.

Apesar do número de demarcação de fazendas privadas para a actividade agrícola ter aumentado significativamente nos últimos 20 anos, não se assistiu a um crescimento proporcional da produção. Na sua grande maioria, os novos empresários agrícolas demarcaram as fazendas com o intuito de criarem reservas patrimoniais para mais tarde usufruírem de mais-valias, pois não têm conhecimentos que lhes permitam rentabilizar os recursos de que usufruem.

O sector privado deverá desempenhar um papel importante, no quadro da estratégia de desenvolvimento da província, desde que o mesmo encare a actividade agrícola de forma profissional.

Neste sentido, é importante esclarecer que, nas condições actuais, a questão da comercialização é o maior estrangulamento que limita o desenvolvimento de um sector agrícola capaz de satisfazer a procura urbana de produtos alimentares e de fornecer inputs para as indústrias de processamento.

O preço de alguns produtos agrícolas é mais determinado pelo custo de transporte e não pelo que se pagou ao produtor. Há, claramente, uma distorção dos factores de produção. Face a uma fortíssima concorrência de produtos importados, nomeadamente da Namíbia e África do Sul, os produtores da Huíla vêm-se confrontados com enormes dificuldades de sobrevivência.

Do ponto de vista dos produtores, existem 4 problemas fundamentais que condicionam o desenvolvimento do sector:

- Acesso aos mercados consumidores, através de uma rede de transportes complementares, praticando preços compatíveis com os produtos transportados;
- Acesso a bens industriais de consumo a preços compatíveis com o valor internacional desses produtos;
- Acesso a assistência técnica e a financiamentos que permitam melhorar os processos de produção;
- Melhoria dos transportes rurais e da forma de tracção.

#### 1.5.1.1 O Sector Industrial

Todavia e apesar destas condicionantes existe um sector industrial que começa a despontar, sendo o município da Humpata aquele em que se observa uma maior expansão destas novas fazendas.

O arranque do Complexo Agro-Industrial "Laranjinha" (produção de citrinos na Humpata), no âmbito do Programa "A Nossa Terra", financiado pela Caixa de Segurança Social das Forças Armadas, foi um forte impulsionador desse crescimento, uma vez que para além dos investimentos no sector produtivo propriamente dito foram, também, equacionados investimentos no sector da transformação do produto por forma a garantir

o seu escoamento. Apesar de inicialmente apenas ser considerado o processamento industrial dos citrinos, à medida que o projecto se foi desenvolvendo, surgiu a possibilidade de ampliar a indústria transformadora como receptora de todas as espécies fruteiras produzidas na Huila, bem como do Namibe. Encontra-se, actualmente, prevista a construção de várias linhas de transformação: para polpas em geral, para sumos e refrigerantes, para polpa de tomate e tomate pelado, para processamento de fruta em calda, para elaboração de variados doces de fruta e finalmente para produção de derivados dos citrinos, tais como, sumos, licores, vinagre e concentrados de laranja.

A agricultura praticada por estes empresários caracteriza-se pelos avultados investimentos, sobretudo em tecnologia de ponta. Os sistemas de produção praticados são, sem dúvida, altamente mecanizados e caracterizam-se por serem sistemas de exploração intensiva. Não só a tecnologia de produção, mas também os instrumentos e equipamentos de trabalho, as plantas e/ou sementes e outros inputs utilizados (fertilizantes, pesticidas, entre outros) são importados, nomeadamente da África do Sul.

A monitorização das parcelas, no que diz respeito às necessidades hídricas e nutricionais das culturas, bem como à incidência de pragas e de doenças é uma constante nestes sistemas de produção, uma vez que são elementos-chave para evitar perdas de produtividade e maximizar a rentabilidades das explorações.

### 1.5.2 Pecuária

A pecuária constitui no Sul de Angola, um factor essencial para a vida das populações rurais, estando uma boa parte das populações das províncias do Sul, integradas na área geográfica que se chamou "Complexo de Ordenha"<sup>1</sup>.

O sistema de produção familiar rural, tem como objectivos a satisfação das necessidades consideradas básicas da família rural e, a capitalização progressiva com gado, uma vez que nas áreas rurais é a quantidade de gado que determina o maior ou menor prestígio social das famílias.

O sistema tradicional apresenta semelhanças com o praticado pelos pastores de várias etnias das regiões do Sahel e de transição Sahelo-Sudanesa. A organização do habitat, a exploração dos rebanhos, as articulações que se operam e o trabalho que é desenvolvido, levam à configuração de expressões residenciais, etárias, sexuais e sociais diferentes.

A importância da pecuária para as populações resulta da disponibilidade directa que representa em termos de:

- Carne para auto consumo (de bovinos especialmente em festas, ritos, óbitos) e de pequenas espécies (em consumo significativo);
- Leite;
- Estrume para a fertilização dos solos;
- Tração (para charruas e carroças);
- Banco (gado vendido e a ser vendido, para asseguramento de necessidades, de acordo com hábitos e costumes).

---

<sup>1</sup> Devido à importância que o leite ordenhado tem, na alimentação das populações rurais agro pastoras e pastoras

No que diz respeito ao efectivo pecuário, de acordo com o Instituto dos Serviços de Veterinária existem actualmente na província 1.200.000 bovinos<sup>2</sup>.

Em 1998 José Correia e Joaquim Santos<sup>3</sup> avaliaram os efectivos pecuários de 6 municípios da Huila através de um cenário que consideravam o mais plausível.

*Comparação da existência de efectivos bovinos de acordo com várias fontes*

Município	Plano de Fomento (74)	Instituto dos Serviços de Veterinária (actual)	AGROPROMOTORA	Nr. máximo de animais vacinados (entre 94 a 99)
Chibia	149.049	160.000	152.025	97.040
Gambos	103.081	140.000	112.906	112.134
Humpata	30.646	80.000	42.025	26.367
Lubango <sup>4</sup>	161.586	153.000	196.995	104.837
Matala	65.470	165.000	197.148	123.694
Quipungo	192.231	130.000	198.203	105.212
Quilengues	126.065	130.000	-	19.100
Jamba	12.537	35.000	-	23.201
Kuvango	1.811	32.000	-	-
Chipindo	836	9.000	-	-
Chicomba	48.754	30.000	-	1.161
Caconda	46.804	80.000	-	15.131
Caluquembe	36.218	56.000	-	12.161
<b>Total</b>	<b>975.088</b>	<b>1.200.000</b>		<b>640.038</b>

No entanto e tal como em outras províncias do País, é extremamente difícil definir-se o efectivo pecuário actual da província Huila devido aos seguintes factores:

- Inexistência, há mais de 30 anos, de um arrolamento pecuário;
- Desconhecimento nos efectivos de taxas actualizadas anuais (comercialização, mortalidade, autoconsumo, outras extracções, intervalos entre partos) para que se possa apurar a taxa média de crescimento anual, caso exista;
- Existência de uma grande variabilidade anual de animais vacinados;
- As campanhas de vacinação não cobrem todo o efectivo bovino da província;
- Os dados da composição das manadas provenientes do ISV como resultado das campanhas de vacinação não incluem as crias (não podem ser vacinadas);
- Existem todos os anos alterações dos efectivos dos municípios uma vez que há uma relativamente grande aquisição de gado, por parte das populações rurais dos municípios do norte e nordeste, a partir dos efectivos do centro e sul.

#### 1.5.2.1 O Sector Empresarial

A pecuária empresarial não tem sido a actividade principal dos empresários mas uma actividade complementar, na medida em que:

- É investimento com retornos a médio prazo e longo prazo (consoante se trate de avicultura ou bovinicultura), sendo necessário capital;

<sup>2</sup> Inclui o gado do sector empresarial, cujas quantidades não estão definidas

<sup>3</sup> Avaliação dos Recursos Pecuários das Províncias da Huila, Cunene e Namibe – AGROPROMOTORA – Lubango 1998

<sup>4</sup> Inclui a Cacula

- O fomento não existe e o acesso ao capital através dos bancos é impraticável, em termos de juros aplicáveis a créditos a médio e longo prazo;
- A capacidade técnica e de gestão da maioria dos empresários, não permite a optimização dos resultados de produção pecuária, sendo os rendimentos obtidos sempre inferiores aos possíveis;
- Necessidade de manter uma fonte fixa de rendimentos para apoio aos investimentos e despesas que passem a ter com capital próprio, nas explorações.

Trabalhando exclusivamente com capital próprio, os investimentos que existam ou não nas explorações são normalmente o espelho da situação financeira e das fontes de rendimento dos empresários.

Em termos de gestão, as situações são variáveis; ou é assumida directamente pelo proprietário que se desloca à exploração com intervalos de tempo igualmente variáveis, e ou existe um "encarregado" que reside na exploração, sendo regularmente orientado pelo proprietário. De um modo geral não existe contabilidade organizada nas explorações.

Não existem registos no Instituto dos Serviços Veterinários sobre os efectivos pecuários das várias espécies existentes nas explorações da província nem sobre a composição das classes.

Na maioria das explorações, os criadores consideram-se autónomos em termos de assistência técnica. Só muito raramente recorrem aos serviços, desconhecendo estes as técnicas de manejo utilizadas em cada exploração, a mortalidade, as taxas de nascimento, vendas e evolução dos efectivos; uma ou outra exploração tem técnicos avançados para assistência de carácter veterinário.

A aquisição de inputs para a pecuária é feita no mercado local (4 empresas no Lubango), Luanda ou Namíbia.

A nível da província, a pecuária tem-se desenvolvido através do esforço financeiro integral dos empresários, não existindo quaisquer acções de fomento ou de crédito com juros aceitáveis

### Bovinicultura de Leite

Neste momento, a bovinicultura de leite, apesar de todo o seu potencial, não tem expressão, do ponto de vista económico.

Há cerca de 10 anos houve uma importação de cerca de 1.000 vacas holandesas que foram distribuídas a vários agricultores da Humpata.

O efectivo recebido desapareceu devido aos seguintes factores:

- Falta de condições suplementares de fomento;
- Inexistência de uma assistência técnica qualificada;
- Fraca capacidade técnica e económica da maioria dos empresários;
- Problemas de gestão e técnicos da Fábrica Lacticínios da Chela.



Além da Sociedade Agrícola da Jamba que adquiriu em Novembro de 2006, 40 vacas Holandesas e 20 Jersey (actualmente produz cerca de 200 lts de leite/dia) existem mais 3 pequenos produtores (2 na Humpata e 1 no Lubango) que em conjunto não ultrapassam a venda de 150 lts de leite por dia.

A principal raça utilizada é a holandesa, não obstante começar a verificar-se a utilização de cruzamentos.

O leite é vendido sem qualquer tratamento pelos produtores à porta das suas residências. No período das chuvas a maior disponibilidade de leite do gado tradicional, determina que exista uma maior oferta havendo grandes dificuldades dos 3 pequenos produtores para escoarem o leite produzido.

### Bovinicultura de corte.

A maioria das explorações pecuárias da Huila (28 registadas na Cooperativa dos Criadores de Gado) localiza-se na Tunda (vulgarmente designada por Tunda dos Gambos).

A área identificada como Tunda corresponde a uma região demarcada no período colonial (Plano de Coordenação da Pastoreira do Sul de Angola) com cerca de 650.000 ha, englobando parte dos municípios dos Gambos e Matala (província da Huila) e os municípios da Cahama e Ombadja (província do Cunene). A região foi identificada como de desenvolvimento do sector pecuário empresarial, uma vez que se constatava a inexistência de população.

Na província da Huila a área demarcada como Tunda corresponde a 271.320 ha, dos quais 226.603 nos Gambos e 44.717 na Matala.

A Tunda está enquadrada na zona agrícola 33 estendendo-se por outras zonas agrícolas e correspondendo a uma região com um clima semiárido mesotérmico, com solos psamíticos (típicos das formações do Kalahari) e cuja vegetação corresponde à de matos Brenhosos de Baikiaea plurijuga.

### Caprinicultura e Ovinicultura

A produção de caprinos e ovinos tem sido desenvolvida em pequena escala e como produção complementar em algumas fazendas pecuárias de gado bovino nos Gambos, Matala e agro pecuárias no Lubango e Humpata.

Na base desta produção encontram-se as cabras tradicionais, sendo efectuados cruzamentos directos e de absorção das suas descendências, especialmente com bodes da raça Boer Goat. Existem no entanto alguns criadores que criam raças puras.



Exemplares da Raça Boer Goat na quinta agropecuária Celinha

Em relação aos ovinos, verifica-se (nos poucos casos de criação existentes) a utilização igualmente inicial de matrizes tradicionais, que são cruzadas com bodes de raças importadas (normalmente Black Head Persa). Nalguns casos mais raros a utilização de Dorpas (criação de raça pura no caso da Fazenda Tchimbolelo). O sistema de pastoreio é idêntico ao praticado com os bovinos, sendo o mesmo extensivo à profilaxia sanitária e suplementações.

Em algumas fazendas registadas como agropecuárias regista-se a presença de caprinos (mais raramente de ovinos), não existindo cuidados especiais na sua exploração.

### Suinicultura

Não existem empresas comerciais activas de exploração industrial de suínos, tendo sido a entrada de surtos de peste Suína Africana nas explorações (DJOFER, Fazenda Ouro Verde), o factor principal de desistência dos empresários

A criação de suínos tem sido exercida em pequeno número, em algumas fazendas agropecuárias destinando-se essencialmente ao auto-consumo dos proprietários; as vendas são esporádicas.

A variabilidade de raças é grande, existindo, na maioria dos casos, cruzamentos de Ganda II, Large White, Duroc com tradicional.

Nota-se no entanto, a tendência de algumas fazendas em apostar na exploração industrial, como é o caso da fazenda Agropecuária UUA na Palanca que tem em construção 5 pavilhões de suínos de 300 m2.

### Avicultura

A nível da província existem 4 explorações de poedeiras<sup>5</sup>. A criação é feita no solo, com excepção da fazenda Celinha onde se utiliza o sistema de baterias. As raças utilizadas são a Rhode Island Red e a Leghorn tendo a avicultura recomeçado há aproximadamente 2 anos.



A origem dos inputs é variável. Ocorrem as seguintes situações:

- Os pintos de dia foram fornecidos a partir de Luanda (Leghorn) ou do Zimbabué (Rhode Island Red);
- Os equipamentos foram fornecidos a partir de empresas de especialidade em Luanda ou importados a partir da Namíbia (Baterias);
- A profilaxia médica é assegurada em termos de calendário, sendo os fármacos adquiridos em Luanda ou nos estabelecimentos comerciais da especialidade do Lubango;
- As rações são fornecidas a partir da fábrica de rações do Lubango ou de um dos estabelecimentos comerciais do Lubango (SESANGO).

#### 1.5.2.2 Sector Empresarial

##### Matadouro Carne da Chela

Trata-se de um matadouro horizontal construído há 5 anos propriedade do Grupo FBM, localizado na Humpata.

O sistema de energia é fornecido a partir de rede (derivação da ligação Lubango/Nami be), possuindo 2 geradores de 100 KWA cada.

A água é fornecida a partir de bombagem de um furo nas imediações do matadouro, sendo canalizada para um tanque reservatório (60.000 lts), onde é tratada com cloro.



Possui uma linha de abate de bovinos (capacidade de 15/hora) e outra para suínos e caprinos (150/dia).

A capacidade de abate é limitada à capacidade de desmancha e desossagem diária (ou seja 25 bovinos/dia).

O matadouro recebe gado de comercialização própria, e efectua prestação de serviços de abate e processamento (incluindo embalagem).

O equipamento de frio é constituído pelo seguinte:

- 1 câmara de maturação (capacidade de 30 bovinos);
- 1 túnel de congelação (capacidade de 30 bovinos);
- 1 câmara de conservação de vísceras brancas (25 m3);
- 1 câmara de conservação de vísceras vermelhas (25 m3);
- 1 câmara de conservação para apoio à desmancha (25 m3);

<sup>5</sup> Fazenda Ouro verde (comuna da Huila) uma do aviário do Sr. Chivinda (Km 12 da estrada para o 16, comuna da Arimba) outra da fazenda Celinha (Mapunda) e outra na Humpata

- 2 contentores de conservação de 40 pés;
- 1 contentor de conservação de 20 pés;

Toda a cadeia de abate é mecanizada existindo uma "área suja", onde estão disponíveis equipamentos para o tratamento de dobradas e mocotós.

A disponibilidade de água quente e vapor é assegurada por uma caldeira a diesel.

Após a desmancha e desossagem, as carnes são classificadas e embaladas em embalagens de 26 a 30 kgs, dependendo do tamanho das peças.

O sangue é transformado em farinha, não existindo actualmente mercado interessado na aquisição (fabrico de rações).

As carcaças e órgãos rejeitados são incinerados ao ar livre e enterrados.

As peles são salgadas e secas, sendo posteriormente vendidas.

As águas residuais são canalizadas para um tanque hermético, estando previsto o seu aproveitamento na fertilização de terrenos de uma fazenda contígua (Jamba).

Toda a cadeia tecnológica de abate é de ponta, a higiene é irrepreensível, a fiabilidade das inspecções é alta, sendo o resultado a apresentação de um produto final com qualidade organoléptica boa ou razoável e qualidade sanitária boa.

### Matadouro Carnes e Frio Huila (CFH)

O matadouro é propriedade do Grupo MARTAL com sede em Luanda. Trata-se de um matadouro horizontal cuja área de abate incorpora o antigo matadouro municipal do Lubango e a área de processamento as instalações da oficina de desmancha e conservação de carnes, da Cooperativa de Criadores de Gado do Sul de Angola.

O abastecimento de energia é a partir da rede da cidade do Lubango, possuindo um grupo gerador de reserva de 1.250 KVA.

A água é fornecida a partir de um furo na área do matadouro, sendo armazenada num tanque reservatório de 60.000 l, onde recebe um beneficiamento com cloro.

Só abatem praticamente gado bovino, fazendo a aquisição no local e recebendo a partir de 2 agentes comerciais (1 no Lubango e outro no Kunene).

A capacidade de abate é limitada à capacidade de desmancha e desossagem dia, ou seja 80 bovinos/dia.

Em termos de equipamento de frio possui o seguinte:

- 1 câmara de maturação/refrigeração (capacidade de 200 carcaças);
- 2 túneis de congelação (capacidade de 14 e 250 ton respectivamente);
- 1 câmara de conservação (capacidade de 57 ton).

A cadeia de abate e esartejamento utiliza uma taxa moderada de mecanização, sendo os animais desmanchados após terem permanecido durante 3 dias na câmara de maturação.

Após a desmancha e desossagem, as carnes são classificadas e embaladas em embalagens de 26 a 30 kgs, dependendo do tamanho das peças.

As carcaças e órgãos rejeitados são incinerados num forno a lenha.

Em termos de subprodutos, as peles são salgadas e secas, sendo posteriormente exportadas. Possuem uma máquina de tratamento de dobradas (capacidade 60) e outra de mocotós (capacidade 70).

Os destinos das produções são os seguintes:

- Rede comercial da MARTAL em Luanda 60 ton/mês;
- Forças Armadas (contrato de 880 ton em 6 meses);
- África do Sul (couros).

O abastecimento a Luanda é feito por via aérea e às Forças Armadas (diversas províncias) através de camiões frigoríficos.

A força de trabalho é constituída por.

- 2 funcionários administrativos;
- 12 magarefes;
- 13 operadores de desmancha;
- 5 tratadores de dobradas e mocotós;
- 3 lavadores e auxiliares (sala de inspecção);
- 10 auxiliares diversos (limpeza, guardas, operários de manutenção).

### Matadouro SOFRICARNES

Trata-se de um matadouro horizontal construído no Lubango em 1966 (Ex SOFRIO) e destinado ao abate de bovinos, que dispunha das seguintes capacidades:

- Abate de 100 bovinos/dia;
- 2 Câmaras de pré refrigeração com capacidade de 240 quartos cada;
- 1 Túnel de congelação com capacidade de 240 quartos;
- 4 Câmaras de conservação com capacidade de 80 ts cada;
- 2 Câmaras de conservação com capacidade de 120 ts cada;
- 2 Salas de tratamento de subprodutos (triparia, peles).

Dispunha ainda das respectivas instalações anexas usuais (vestiário, WCs, lavandaria) e tendo a funcionar as seguintes estruturas e respectivos equipamentos:

- Escritório;
- Fábrica de farinha de carne e ossos (carnes rejeitadas);
- Armazém;
- Sala de salga de peles e de aproveitamento de outros subprodutos (cascos, chifres);
- Um gerador de reserva.

Funciona em regime de prestação de serviços operando nas seguintes condições:

- Não dispõe de energia;
- A água é fornecida pela rede da cidade do Lubango, não existindo qualquer tratamento;
- O pouco equipamento de eléctrico de abate (guincho, serras eléctricas), além de ser obsoleto, não é utilizado pela indisponibilidade de energia;

- O sistema de frio encontra-se inoperante;
- O sistema de drenagem de águas residuais está destruído.

O matadouro encontra-se em condições de grande precariedade.

### Lacticínios da Chela

A fábrica é propriedade do Grupo FBM. Trata-se de uma fábrica de lacticínios com cerca de 5 anos localizada a caminho da Humpata.

Tem capacidade de recepção de 12.000 lts de leite por dia, estando preparada para o fabrico de leite pasteurizado, leite azedo, manteiga, queijo e iogurtes de vários tipos.

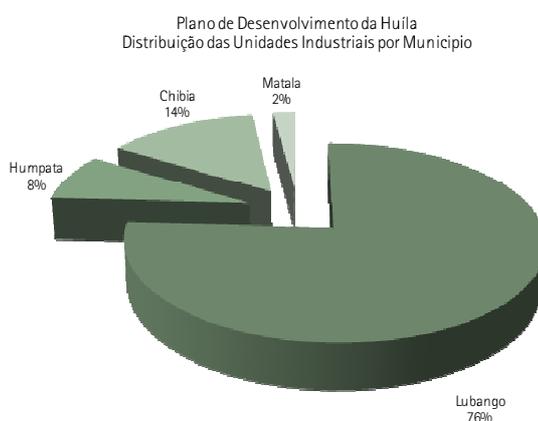
Devido ao facto das quantidades de leite que tem recebido nos últimos tempos ser irrisória, tem trabalhado com leite em pó importado e gorduras sintéticas, determinando esse facto limitações do fabrico da gama de produtos previstos.



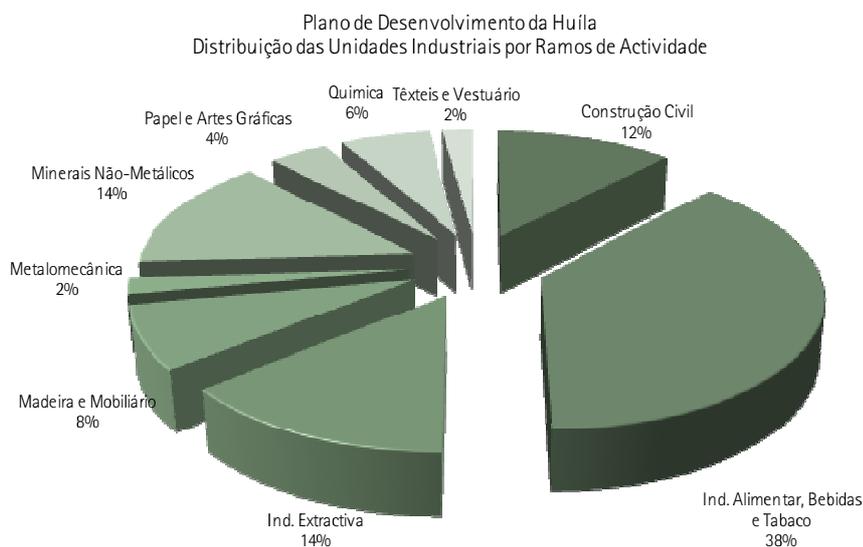
## 1.5.3 Indústria

### 1.5.3.1 Localização Empresarial

As empresas mais representativas da província estão a sua maioria localizadas no município do Lubango. O número de estabelecimentos industriais existentes no município da Chibia corresponde essencialmente à indústria extractiva, por sua vez no município de Humpata e Matala as unidades industriais instaladas são do ramo alimentar. No Município da Matala, constata-se a existência de um número significativo de unidades industriais paralisadas, (exemplo a fábrica descascadora de arroz no Freixieiro, fábrica massa de tomate no Capelongo, fábrica de salsicharia, rações e de lacticínios na Matala, entre outras).

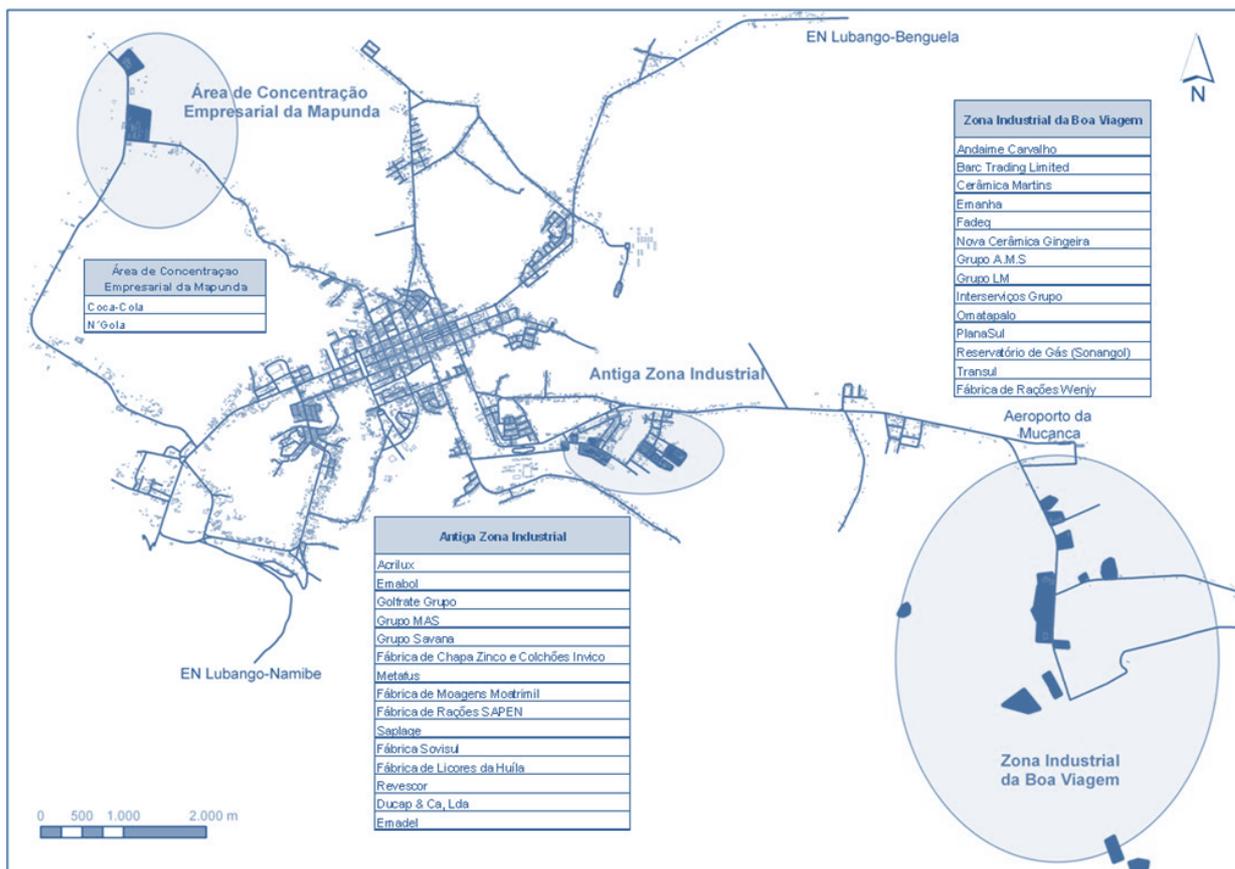


A estrutura industrial na província da Huila encontra-se marcada pela relevância do ramo alimentar, bebidas e tabaco, construção civil e indústria dos minerais não metálicos. Estes ramos representam 64% das empresas mais representativas na província.



O sector industrial na província da Huíla encontra-se essencialmente instalado na cidade do Lubango, sendo possível identificar na cidade 4 grandes áreas de localização industrial: a Antiga Zona Industrial, a nova zona industrial (conhecida como zona Industrial da Boa Viagem), o Complexo Coca-Cola/N'gola (antiga zona Industrial da Mapunda) e um conjunto de unidades industriais disseminadas pelo tecido urbano.

*Localização das Zonas Industriais na Cidade do Lubango*



*Fonte: Plano de Desenvolvimento da Huíla, 2009, Governo Provincial*

Além destas zonas industriais, é de referir a relevância do **Eixo Industrial Matala-Capelongo**, que no passado detinha uma grande importância no contexto provincial.

À excepção da Zona Industrial da Boa Viagem, em constituição não regulamentada desde início dos anos 90, as restantes áreas devem a sua localização anterior a factores como a acessibilidade viária e a proximidade ao eixo ferroviário, a disponibilidade de fontes de matérias-primas (ex. água para a N'gola e Coca-Cola) e a proximidade a cursos de água (ex. matadouros), normalmente utilizados para descarga directa de efluentes industriais. No entanto encontram-se também unidades com localização difusa em diferentes pontos da província, nomeadamente nos municípios da Humpata, Chibia e Matala.

### Antiga Zona Industrial

A Antiga Zona Industrial, localizada a Este da Estação Central do Caminho-de-ferro de Moçâmedes, começou a ser construída na década de 60, sem qualquer projecto relativo a redes técnicas ou normas de urbanização. O seu principal objectivo foi o de orientar o crescimento de actividades industriais não contaminadoras, para um espaço próximo do eixo ferroviário.

Em 2007 existiam 14 unidades industriais do ramo alimentar, ligeiro, pesado e de materiais de construção, estas unidades representam cerca de 26% da actividade industrial da Província da Huíla.

### *Empresas Instaladas na Antiga Zona Industrial*

Nome da Empresa	Ramo de Actividade
Emabol	Alimentar
Fábrica de Licores da Huila	Bebidas
Fabrica Sovisul	Bebidas
Fábrica de Moagens Moatrimil	Alimentar
Fábrica de Rações SAPEN	Alimentar
Revescor	Construção civil
Duap Et Ca, Lda	Construção civil
Construções Savana	Construção civil
Acrilux	Química
Metafus	Metalomecânica
Fábrica de Chapa Zinco e Colchões	Madeira e mobiliário
Empresa de Carroçarias do Sul	Madeira e mobiliário
Emadel	Madeira e mobiliário
Savana Mármore	Corte e acabamento de pedra

*Fonte: Plano de Desenvolvimento da Huila, 2009, Governo Provincial*

Os principais problemas da zona industrial colocam-se ao nível das infra-estruturas de base (energia e água), das ligações externas (entradas e saídas), da circulação interna, da envolvente (ocupada indevidamente por construções precárias) e dos resíduos industriais (inexistência de uma estação de tratamento de águas industriais e de uma área de deposição de resíduos sólidos industriais).

Os aspectos referidos funcionam claramente como desvantagens à localização industrial. Relativamente à intenção de mudar de localização, denotam-se duas situações diferenciadas. Por um lado, as unidades industriais reactivadas (ex. Emadel e Moagem Moatrimil pelo grupo Socolil) ou redimensionadas (ex. Golfrate) não pretendem, face ao investimento realizado, realocar o estabelecimento para outra área. Por outro, a necessidade de espaço para a expansão da actividade leva a que algumas unidades equacionem a mudança de localização para outras áreas, nomeadamente para a Mapunda, (fábrica chapas e de colchões Invico) junto ao Complexo Coca-Cola/ N'gola ou para a Zona Industrial da Boa Viagem.

Tendo em conta o crescimento da cidade e a falta de condições propícias à actividade industrial, a antiga zona industrial deve ser alvo de um projecto de requalificação que vise a criação de infra-estruturas e acompanhe a deslocalização progressiva da indústria para áreas periféricas ao centro urbano. A requalificação desta área deverá assegurar a construção de acessos viários alternativos aos actuais, a pavimentação dos eixos de circulação viária, o abastecimento de água e fornecimento de energia para consumo industrial, bem como a construção de estações de deposição/tratamento de resíduos efluentes industriais. A localização de novas industriais deverá ser encaminhada para a Zona Industrial da Boa Viagem.

### **Zona Industrial da Boa Viagem**

A Zona Industrial da Boa Viagem surgiu ao longo da Estrada Nacional 105 (Lubango-Chibia) com o objectivo de canalizar o investimento industrial para fora da cidade, numa área estrategicamente escolhida. De facto, esta zona industrial, por se localizar nas imediações do eixo de ligação para o Cunene e de acesso ao Namibe e Benguela, bem como do aeroporto da Mukanka, beneficia de boas condições para a localização industrial. A atribuição de terrenos foi feita sem a elaboração prévia de um plano de urbanização que permitisse a criação de infra-estruturas de base (arruamentos, abastecimento de água, saneamento e energia eléctrica), bem como sem cadastro de propriedade.

Dada a densificação da malha urbana contígua e as economias de escala associadas à localização no centro da cidade, a zona Industrial da Boa Viagem surge como a melhor alternativa para o desenvolvimento de um pólo industrial. Deve-se, no entanto, ter em conta que a falta de um projecto concreto levará à desarticulação total

na ocupação do solo para uso industrial e à mera localização de estabelecimentos, sem um conceito de espaço integrado, articulado e infraestruturado, donde resultariam economias de aglomeração significativas.

A maioria das empresas implementadas na zona industrial da Boa Viagem, têm como principal actividade a indústria. Nesta área estão localizadas 14% das unidades industriais mais representativas da província da Huila.

*Empresas localizadas na Zona Industrial da Boa Viagem*

Nome da Empresa	Actividade
Emanha	Transformação de granito
Andaimes Carvalho	Construção Civil
Transul	Empresa de Prestação de Serviços de Camionagem
Omatapalo	Construção Civil
LM - Grupo	Fábrica de blocos
Barco Trading Limited	Fábrica de cigarros
Fábrica de rações Wenjy	Fábrica de rações
Nova Cerâmica Ginjeira	Fábrica de Tijolo
Inter-serviços Grupo	Fábrica de blocos
Cerâmica Martins	Fábrica de Tijolo
Reservatório de gás (Sonangol)	Enchimento de gás
Planasul	Construção de estradas
Fadeq	Congelação de carne
Grupo A.M.S	Fábrica de blocos

*Fonte: Plano de Desenvolvimento da Huila, 2009, Governo Provincial*

### Área de Concentração Industrial da Mapunda

Esta área, que constituía a antiga zona industrial da Mapunda, engloba o Complexo Coca-Cola/ N'gola, duas das maiores unidades industriais da cidade do Lubango.

A N'gola, empresa estatal com gestão privada, encontra-se em funcionamento desde 1974 e dedica-se à produção e comercialização de cerveja. A sua localização resulta da proximidade à nascente da Tundavala.

A empresa N'gola, tem actualmente 383 funcionários. Única produtora de cerveja no Sul do país, leva a cabo, desde há dois anos, um vasto e dispendioso programa de remodelação da sua fábrica. Entre as acções em curso está a instalação de equipamentos industriais modernos, com vista ao aumento da qualidade do produto, para servir melhor os seus consumidores.

A SABMiller, multinacional de origem Sul-africana que gere a N'gola desde 1997, investiu neste programa, até ao momento, cerca de 20 milhões de dólares norte americanos. Este valor é tido como um dos maiores investimentos privados feitos na Huila no sector das bebidas. A sua materialização incide na ampliação da unidade fabril, montagem de uma nova linha de enchimento e instalação de vasilhame, entre outros meios.



Os índices de produção da fábrica estão, actualmente, quantificados em 450 mil hectolitros/ano, à razão de 45 mil hectolitros/mês. Isto permite a N'gola abastecer os mercados do Benguela, Cunene, Namibe e Huila, apesar de prevalecerem problemas de escoamento para as áreas mais distantes do Lubango, devido ao mau estado das vias rodoviárias e da linha de caminho de ferro de Moçâmedes.

Fábrica da N'gola - área fabril

Por sua vez a Coca-Cola Bottling Sul de Angola SARL foi fundada em 2001, com vista à produção de refrigerantes da marca Coca-Cola. Tem actualmente 123 funcionários enquadrados. A sua produção destina-se essencialmente à província da Huíla (70%), e o restante destina-se à província de Benguela, Namibe e Cunene. Em 2005 produziu 161,644 hectolitros de refrigerantes (Coca-Cola, Sprite e Fanta), em 2006 a sua produção atingiu os 273,722 hectolitros, um aumento de 82% para este período.

Três factores estiveram na base da actual localização – a proximidade à nascente da Tundavala, ao órgão de gestão (N'gola) e a existência de instalações inactivas (ex-Sofrutas). A aquisição de matérias-primas é feita na Suazilândia e Quénia (concentrados), na Inglaterra o (açúcar) e na África do Sul (cápsulas). Localmente recorre apenas a empresas transportadoras, para o escoamento do produto final.

Um número considerável de famílias do Cunene, Huíla e Namibe, sobrevive com os rendimentos da revenda da cerveja N'gola e refrigerantes Coca-Cola. Estima-se que no Lubango o número de pessoas que beneficiam indirectamente da comercialização ascenda a dois mil.

Em virtude da dependência que têm face à nascente da Tundavala, estas duas indústrias não pretendem mudar de localização. Ambas as indústrias têm preocupações a nível ambiental – a Coca-Cola procede actualmente ao tratamento das águas residuais (as águas são encaminhadas para um reservatório e previamente tratadas com CO<sub>2</sub>); a N'gola tem actualmente uma ETAR, com reaproveitamento para limpeza e rega.

Existe ainda um projecto de realocação da Fábrica de Chapas e Colchões Invico para esta zona. As novas instalações terão uma área coberta de 3.600m<sup>2</sup>, que serão integradas no projecto logístico numa área de implantação 70.000 hectares.

#### Unidades industriais disseminadas pelo tecido urbano da cidade do Lubango

As actividades industriais disseminadas pelo tecido urbano da cidade do Lubango, estão essencialmente associadas a pequenas/médias unidades. Salientam-se, pela dimensão, as seguintes unidades: Sociborda (confeccões), Angases (fabrico de gases), João Guilherme Abrunhosa (carpintaria e fabricação de tintas), Grafsul e Grafel, (papel e artes gráficas), Moagem Aliança, panificadoras, entre outras unidades. Na área urbana do Lubango encontram-se indústrias inactivas, na sua maioria, embutidas em áreas residenciais de construção anárquica. Caso não se preveja a sua reactivação, estes estabelecimentos devem ser sujeitos a processos de reconversão, devendo o seu valor ser preservado enquanto património industrial, caso se justifique. Integram-se neste grupo unidades como a Frasal e a Sociedade Industrial Limitada.

#### Zona Industrial da Matala-Capelongo

O Governo da Província tem estado a empreender esforços na recuperação do corredor industrial Matala-Capelongo, iniciado pela transferência de tutela do Ministério da Agricultura para o da Indústria, das unidades fabris localizadas no município da Matala, nomeadamente a fábrica de concentrado de tomate, fábrica de descasque de arroz e fábrica de lacticínios da Matala. Nesta zona existe ainda uma fábrica de chouriço. Todas estas unidades se encontram paralisadas.

Em actividade encontra-se a moagem Nova Cimos, localizada na Matala. Trata-se de uma moageira de milho que pertence ao Grupo Admar Damião, SEIPO e MAKOTOKO. A fábrica foi construída no período colonial, alguns anos antes da independência. Esteve alguns anos paralisada, tendo arrancado há cerca de 3 anos.

A moagem Nova Cimos tem uma capacidade de:

- Armazenamento – 6.000 toneladas (6 silos de 1.000 toneladas);
- Instalada de transformação – 140 toneladas/dia;
- Actual de transformação – 20 toneladas/dia.

Para o produto acabado a fábrica dispõe de 2 armazéns com uma capacidade de armazenamento de 1.000 toneladas cada. O milho utilizado tem como principal origem os municípios da Matala, Quipungo, Chicomba, Chibia, sendo adquirido directamente ao produtor (compra móvel durante a época de maior oferta) ou através

de comerciantes. A fábrica em 2006, transformou cerca de 2.000 toneladas de produto. A produção do milho foi vendida a grosso e a retalho, no Lubango, pelo grupo Admar Damião.

#### 1.5.4 Comércio

De acordo com dados do Departamento Provincial do Comércio, a rede comercial na província tem vindo a aumentar nos últimos anos, (em 2005 existiam 1104 estabelecimentos), sendo actualmente composta por mais de milhar e meio de estabelecimentos comerciais. A maioria dos estabelecimentos comerciais dedica-se ao comércio a retalho (54%).

*Distribuição do comércio por actividade pelos municípios em 2006*

Município	Tipo de Actividade						%
	Grande Capacidade	Comércio Grosso	Comércio Misto	Comércio Retalho	Prestação de Serviços	Total	
Caconda	0	7	1	31	1	40	2,7
Cacula	0	3	3	17	0	23	1,5
Caluquembe	0	1	2	28	0	31	2,1
Chibia	0	5	5	41	3	54	3,6
Chicomba	0	0	4	9	0	13	0,9
Chipindo	0	0	0	3	0	3	0,2
Gambos	0	1	0	23	0	24	1,6
Humpata	0	6	7	22	0	35	2,3
Jamba	0	0	1	12	0	13	0,9
Cuvango	0	3	2	10	0	15	1,0
Lubango	8	227	181	532	192	1140	75,9
Matala	0	8	6	39	3	56	3,7
Quilengues	0	1	2	17	0	20	1,3
Quipungo	0	1	2	32	0	35	2,3
Total	8	263	216	816	199	1502	100,0
%	1	18	14	54	13	100	

*Fonte – Direcção Provincial da Indústria, Comércio, Turismo de Hotelaria*

O tecido comercial da província é essencialmente composto por unidades de pequena e média dimensão (menos 80 trabalhadores). O número médio de funcionários nas médias superfícies é de 22 funcionários, nas pequenas superfícies ronda os 6 trabalhadores. O sector mais representativo em termos de emprego está associado ao comércio a retalho.

Para além dos estabelecimentos comerciais, a província da Huíla é servida por 3 mercados municipais.

- **Mercado municipal do Lubango** tem uma área de 2.265m<sup>2</sup>, localiza-se num edifício coberto da zona comercial do Lubango.
- **Mercado municipal da Laje**, com uma área de construção e envolvente de 1.530m<sup>2</sup>, património da administração municipal do Lubango e encontra-se paralisado, encontrando-se a sua estrutura de edificação em razoável estado de conservação. Este empreendimento localiza-se no bairro da Laje da cidade do Lubango.
- **Mercado municipal da Chibia**, é um mercado tradicional com bancadas e corredores, tem uma área de implantação de 600 m<sup>2</sup>, localiza-se no centro urbano da Chibia, (próximo da Administração Municipal).

Na província existem variadíssimos mercados informais, que oferecem um leque variado de produtos de 1ª necessidade (alimentação e vestuário), electrodomésticos e mobílias, assim como determinados serviços pessoais (ex. cabeleireiros, barbeiros).

### 1.5.5 Turismo e Hotelaria

De acordo com os dados disponibilizados pela Direcção Provincial de Indústria, Comércio, Hotelaria e Turismo (DPICHT), no ano de 2005 existiam na Província 14 estabelecimentos hoteleiros, os quais nesse mesmo ano receberam 13.857 hóspedes.

De destacar a relevância que o Grande Hotel da Huila detém neste contexto, na medida em que cerca de 24% dos hóspedes que se acomodaram na província fizeram-no nesta unidade hoteleira, enquanto que 18% ficaram alojados na Pensão Diocema. As restantes unidades registam valores menos significativos.

*Entrada de hóspedes nas unidades hoteleiras da Província durante o ano de 2005*

Estabelecimento	Número de registos	Porcentagem
Grande Hotel da Huila	3.329	24,0
Hotel Amigo	870	6,3
Somitour	759	5,5
Wenda Ke Tay	500	3,6
Waholama Ldge	194	1,4
Pensão Diocema	2.519	18,2
Pensão Muaberg	744	5,4
Hospedaria Beco da Lage	315	2,3
Hospedaria Tykoto	259	1,9
Complexo Hab.PNUD	1.416	10,2
Casa de Trânsito IDA	112	0,8
Residencial Mirra-Serra	468	3,4
Hotel Canimbo	1.885	13,6
Hospedaria Bela-Flor	411	3,0
Hospedaria Nova Funchal	76	0,5
<b>Total</b>	<b>13.857</b>	<b>100</b>

*Fonte: 2006, DPICHT*

Agosto, Novembro e Dezembro corresponderam, durante o ano de 2005, aos meses de maior frequência de hóspedes nestas unidades hoteleiras.

*Capacidade das unidades hoteleiras inquiridas da Província da Huila no ano de 2006*

Estabelecimento	Município	Quartos	Camas		
			Solteiro	Casal	Total
Palanca Negra	Humpata	24	24	14	38
Grande Hotel da Huila	Lubango	46	52	---	52
Casper Lodje	Lubango	7	10	3	13
Muhonguera Lodje	Lubango	12	18	---	18
Wenda Ke Tai	Lubango	17	---	17	17
Hotel Amigo	Lubango	42	---	---	58
Hotel Kanimbo	Lubango	17	---	---	29
Pensão Mira Serra	Lubango	16	---	16	16
Pensão Diocema	Lubango	10	---	---	12
Pensão Continental	Matala	32	---	---	48
Pensão Somal	Matala	12	---	---	12
<b>Total</b>	<b>---</b>	<b>235</b>			<b>313</b>

*Fonte: Plano de Desenvolvimento da Huila, 2009, Governo Provincial*

Relativamente ao preço por noite que é praticado, encontramos valores bastante distintos, podendo-se porém concluir que os preços registados nas unidades classificadas como hotéis ou *lodge* são substancialmente superiores aos verificados nas pensões. Como valor médio meramente indicativo encontramos os quartos single a 5.100KZ, os quartos duplos e as suítes a 7.300KZ. Exceptuando as pensões, nas restantes unidades este valor diário inclui pequeno-almoço.

## 1.6 Tecido Empresarial

O sistema empresarial actual resulta essencialmente do desenvolvimento das actividades tradicionalmente fomentadas, caso da pecuária e agricultura, de factores de localização existentes (zonas industriais), estruturas herdadas (sector empresarial do Estado) e da emergência de novos sectores com a progressiva abertura do país à economia de mercado. A caracterização que se segue relativa ao tecido empresarial será feita com base nos sectores da indústria, comércio e prestação de serviços privados.

A província da Huíla em 2003 detinha 994 empresas, destas destaca-se o município do Lubango como principal centro económico, representando cerca de 80% das empresas, Matala com 7% era o segundo município com maior representação. Os restantes municípios evidenciam-se como centros de produção de 2ª ordem com uma representação pouco significativa. Esta tendência mantém-se actualmente.

Os principais ramos de actividade incidem no comércio a grosso e a retalho, alojamento, restauração e indústrias transformadoras (principalmente nas áreas de panificação, moageiras e bebidas), (quadro seguinte).

*Empresas e estabelecimentos recenseados em 2005, INE*

CÓD	SECÇÃO DA CAE	Município											Total	%	
		Lubango	Matala	Humpata	Chibia	Caconda	Caluquembe	Quiquungo	Gambos	Cuvango	Quiquengues	Jamba			Caçula
A	Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	9	5	14	1	1			3					33	3,3
C	Indústrias extractivas	2												2	0,2
D	Indústrias transformadoras	130	21	4		3	4	3		1	2	1		169	17,0
E	Produção de distribuição de electricidade, de gás e de água	1												1	0,1
F	Construção	14												14	1,4
G	Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, motociclos e bens de uso pessoal e doméstico	313	16	3	9	6	1	9	7	5	10	9	4	392	39,4
H	Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	206	20	4	6	3	2	4	3	2	3	2	1	256	25,8
I	Transportes, armazenagem e comunicações	19												19	1,9
K	Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	24	1		1							1		27	2,7
M	Educação	19			1									20	2,0
N	Saúde e acção social	28	5			3						2		38	3,8
O	Outras actividades de serviços, sociais e pessoais	22	1											23	2,3
	<b>Total</b>	<b>787</b>	<b>69</b>	<b>25</b>	<b>18</b>	<b>16</b>	<b>7</b>	<b>16</b>	<b>13</b>	<b>8</b>	<b>15</b>	<b>15</b>	<b>5</b>	<b>994</b>	
	<b>%</b>	<b>79</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1</b>		

Fonte: Plano de Desenvolvimento da Província da Huíla – GP da Huíla

O desenvolvimento das actividades económicas influencia o crescimento urbanístico, quer pelos efeitos multiplicadores na base económica produtiva, pela via da criação de emprego e rendimento, quer por via da aquisição de bens e serviços necessários ao funcionamento dos estabelecimentos industriais e comerciais. A cidade do Lubango desde cedo se evidenciou na província como um centro industrial e terciário importante, em boa parte devido às funções urbanas que inicialmente lhe foram atribuídas. Consta que a fixação de população nas terras altas da Huíla esteve associada a condições naturais mais propícias ao desenvolvimento de actividades agrícolas e à necessidade de criar um centro político-administrativo de âmbito provincial.

### 1.6.1 Grupos Empresariais

Na Província da Huíla existem actualmente cerca de 10 grupos económicos com capital local, com variadas actividades, estando concentrados na cidade do Lubango e Humpata, (quadro seguinte).

*Grupos económicos locais localizados na Província da Huíla*

Grupo	Actividades
<b>Socilil</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Construção civil e obras públicas;</li> <li>▪ Transformação de milho e trigo;</li> <li>▪ Carpintaria e serralharia;</li> <li>▪ Construção e reparação de infra-estruturas viárias e gestão de empreendimentos Viários;</li> <li>▪ Comércio.</li> </ul>
<b>João Abrunhosa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Construção civil e obras públicas;</li> <li>▪ Fabrico de tintas e lixívias;</li> <li>▪ Carpintaria e serralharia.</li> </ul>
<b>AMS – António Martins dos Santos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Fabrico bebidas espirituosas e de vinho;</li> <li>▪ Comércio.</li> </ul>
<b>FBM – Fernando Borges Macedo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Engarrafamento de água mineral (Águas Chela);</li> <li>▪ Fabrico de lacticínios;</li> <li>▪ Abate e transformação de carnes.</li> </ul>
<b>Savana</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Construção civil e obras públicas;</li> <li>▪ Madeira e mobiliário;</li> <li>▪ Transformação e corte de granito e mármore.</li> </ul>
<b>SRR Silvestre, Rui &amp; Rafael</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Construção civil e obras públicas;</li> <li>▪ Viaturas e acessórios;</li> <li>▪ Prestação de serviços;</li> <li>▪ Comércio.</li> </ul>
<b>Admar Damião</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Comércio, Viaturas, Loja Sanitária, Moagens e Rações.</li> </ul>
<b>Augusto &amp; Companhia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Comércio e indústria, materiais de construção, peças de viaturas, alimentação e moagem de milho.</li> </ul>
<b>Lumbamba</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Comércio geral, transportes, construção civil e obras públicas.</li> </ul>
<b>Inter-serviços e Companhia Limitada</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Consultoria, engenharia, fiscalização de obras e prestação de serviços;</li> <li>▪ Indústria de Materiais de construção.</li> </ul>

A par destes grupos económicos locais existe ainda dois grupos económicos de capital estrangeiro: Atlântida – representado pela empresa Angostone (na exploração de granito negro no Tchicuatite, município da Chibia) e SAB representado pela fábrica da cerveja N’gola e Coca-Coca, (fabrico de bebidas, na zona da Mapunda, cidade do Lubango).

### 1.6.2 Associações Industriais e Comerciais

Na província da Huíla existe a Associação Agro-Pecuária Comercial e Industrial da Huíla – AAPCIL, fundada em 29 de Março de 1991, com sede na rua Deolinda Rodrigues. Conta ainda com representações em Luanda, Namibe, Caconda, Jamba, Cuvango, Quilengues, Humpata, Cacula, Gambos e Caluquembe.

Esta associação surgiu pela iniciativa de alguns empresários, com objectivo de fortalecer o empresariado regional. Após sucessivas direcções só em 1999 foi possível reorganizar a AAPCIL de forma a poder efectivamente materializar os objectivos preconizados. Com uma nova direcção, forte e coesa, a AAPCIL, é hoje

uma direcção credível que pretende, sem subserviências, ser um parceiro incontornável do Governo na luta pelo desenvolvimento harmonioso e sustentável da província.

Actualmente conta com um universo de 600 associados, distribuídos pelos vários ramos económicos, nomeadamente; a agro-pecuária, comércio, indústria, hotelaria e turismo, educação, saúde, construção civil, pescas e prestação de serviços.

A AAPCIL tem como objectivo principal a promoção das empresas associadas e da produção local, através da realização de exposições e feiras locais. Sempre que possível procura estar presente em eventos de carácter nacional, (como a FILDA e a FENAPRO), e internacional (ex. colóquios e encontros de empresários), procurando divulgar as potencialidades da Província da Huíla, de forma a cativar mais investimentos para a região.

### 1.6.3 Promoção Empresarial

Anualmente, durante o mês de Agosto, época das festas de Nossa Senhora do Monte, padroeira da cidade, a AAPCIL, realiza a Expo-Huíla, um dos maiores certames de exposições do País.

Neste certame procura-se, fundamentalmente, divulgar a produção nacional, com especial destaque para a indústria local e regional. Neste evento participam também empresas de outras províncias e estrangeiras, representando países como Portugal, Brasil, África do Sul, Namíbia, entre outros, procurando mostrar o que de bom se produz além fronteiras, permitindo aos angolanos conhecerem novas realidades, técnicas e tecnologia utilizada.

### 1.6.4 Formação Empresarial

O governo aprovou também o acordo inter-governamental relativo à criação do Instituto de Formação, Gestão Económica e Financeira dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Este estabelecimento será construído na sede na cidade do Lubango, e visa reforçar a capacidade dos PALOP em matéria de gestão macroeconómica, financeira e da dívida externa.

Ao nível da formação de mão-de-obra qualificada destinada ao empresariado, a oferta resume-se ao Curso de Gestão Empresarial, ministrado no Núcleo do Lubango da Faculdade de Economia, Universidade Agostinho Neto. Este curso encontra-se em actividades desde 1999, com duração de 4 anos. Em média, concluem a sua formação, por ano, aproximadamente 3 dezenas de estudantes.

Como saídas profissionais temos essencialmente a gestão pública, de empresas, de bancos e constituição de empresas de consultoria. De realçar que a integração dos alunos finalistas no mercado de trabalho tem sido positiva.

A principal ameaça deste curso prende-se à falta de infra-estruturas próprias e adequadas, bem como a ausência de recursos humanos capacitados para leccionar determinados conteúdos.

## 1.7 Caracterização dos Sectores Sociais

### 1.7.1 Educação

A Província da Huíla reúne os diferentes níveis de ensino existentes, contando, segundo os últimos dados disponíveis (2006) com:

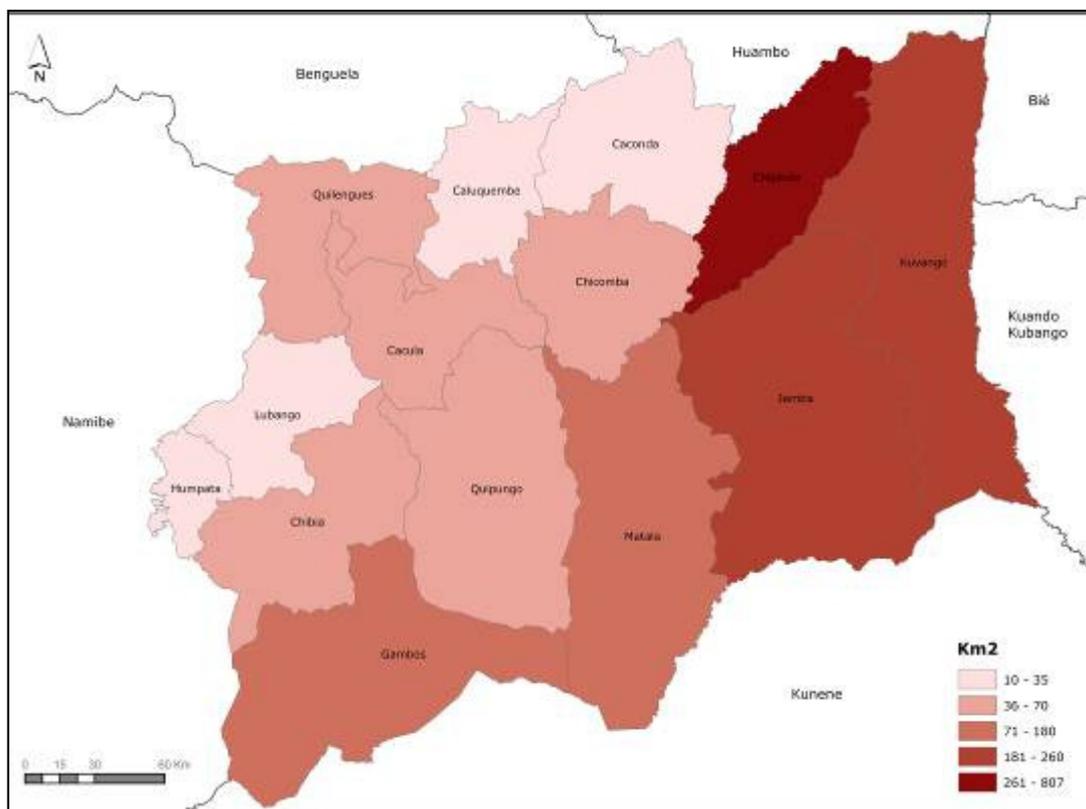
- 1.287 Estabelecimentos de ensino geral;
- 5 Estabelecimentos de ensino médio;
- 4 Estabelecimentos de ensino superior.

#### Ensino Geral

Segundo dados da Direcção Provincial da Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia (DPECCT) verificamos que a rede escolar associada ao ensino geral era, em 2006, composta por 1.287 estabelecimentos, dos quais 96,2% pertenciam ao I Nível, 2,1% ao II Nível e os restantes 1,4% ao III Nível.

A distribuição dos estabelecimentos de ensino do I nível não se verifica homogeneamente pela província (Figura seguinte). No que concerne à distribuição por Km<sup>2</sup> constata-se uma maior concentração de escolas nos municípios de Caluquembe, Caconda, Humpata e Lubango, que possuem uma escola por cada 10-35 Km<sup>2</sup>. No cenário oposto destacam-se os municípios de Chipindo, Jamba e Cuvango, que reúnem um número diminuído de escolas para a extensão do município (1 escola por 181 a 807 Km<sup>2</sup>), conduzindo a uma fraca cobertura espacial.

*Escolas do I Nível por Km<sup>2</sup> em 2006*



O II nível perfaz um total de 27 estabelecimentos distribuídos pela província, destacando-se os municípios do Lubango com 9 estabelecimentos, da Jamba com 3 e da Humpata com 2 estabelecimentos deste nível.

Os municípios de Cacula e Chipindo não possuem nenhum estabelecimento deste nível, limitando-se aos estabelecimentos do I Nível. Os restantes municípios da província englobam apenas um estabelecimento onde se ministra o II nível de ensino.

Por último e com a menor frequência encontram-se os estabelecimentos do III nível (18 escolas). O município do Lubango reúne o maior número de estabelecimentos deste nível (5), seguindo-se a Humpata com 3 estabelecimentos e Matala e Quipungo com 2 estabelecimentos. Os restantes municípios têm 1 estabelecimento, exceptuando os municípios de Cacula, Chicomba, Chipindo e Gambos onde este nível de ensino não é ministrado por falta de estruturas.

### Ensino Médio e Superior

O ensino médio tem como objectivo principal a formação de técnicos para o sector produtivo e de serviços, apostando na melhoria da formação dos quadros.

Em 2006, a província da Huíla contava com 5 estabelecimentos de ensino médio:

- Instituto Médio de Economia do Lubango (IMEL): Forma técnicos para a área de economia, incorporando ainda o Centro Pré-Universitário que tem como objectivo preparar os candidatos ao ensino superior;

- Instituto Médio Normal de Educação (IMNE): Vocacionado para a formação de professores para o Ensino de Base;
- Instituto Médio Agrário do Tchivinguiro (IMAT): Formatécnicos para o sector agro-pecuário;
- Magistério Primário: Forma professores para o Ensino de Base;
- Instituto de Ciências Religiosas de Angola (ICRA): Vocacionado para a formação de professores do Ensino de Base.

Dos 5 estabelecimentos, apenas 2 não se localizam na cidade do Lubango – IMAT (comuna do Tchivinguiro, no município da Humpata) e o Magistério Primário (Missão Católica da Huíla, na comuna da Huíla).

O ensino superior encontra-se representado na Província exclusivamente no centro urbano do Lubango.

A sua expressão não vai além de 4 estabelecimentos:

- Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED)
- Núcleo da Faculdade de Economia do ISCED
- Núcleo da Faculdade de Direito do ISCED
- Instituto Superior Privado de Angola (ISPRA)

No que diz respeito ao regime de funcionamento, verifica-se que 60% dos estabelecimentos de ensino médio pertencem ao sector público, enquanto 40% ao privado. No ensino superior o cenário é semelhante, com 75% de estabelecimentos públicos e 25% privados.

Atendendo unicamente aos estabelecimentos públicos verificamos que a Província da Huíla disponibiliza um total de 43 cursos, frequentados, em 2006, por 16.584 alunos.

Os alunos que frequentam estes dois níveis de ensino apresentam uma divisão por géneros ligeiramente desequilibrada, havendo uma maior frequência de indivíduos do género masculino (56%), comparativamente ao género feminino (46%).

O número de docentes relacionados com o ensino médio e superior perfazia, em 2006, um total de 494 professores, para um conjunto de 16.584 alunos. Estes valores equivaliam a um rácio de 34 alunos por professor.

A oferta formativa disponível, no que concerne ao ensino superior, não é muito abrangente, estando a escolha dos alunos bastante limitada. Como forma de contrariar esta realidade, perspectiva-se para a cidade do Lubango a abertura de novos estabelecimentos deste nível de ensino com oferta de novos cursos, o que permitirá diversificar a formação superior. O Governo provincial tem vindo a desenvolver uma aposta evidente no ensino superior, visível através de novos investimentos a serem realizados, nomeadamente a criação da Universidade Pangeia e a reestruturação do ISCED.

### Ensino técnico-profissional

Em 2006 existiam na Província, segundo dados fornecidos pelo INEFOP, 39 centros de formação profissional, localizados na esmagadora maioria na cidade do Lubango<sup>6</sup>.

Os centros de formação subdividem-se em:

- 10% Gestão pública - Centro Profissional do Lubango, Escola Técnica 27 de Março e Unidade de Formação Itinerante;
- 10% Gestão participativa - três centros de formação funcionam num regime de gestão participativa, que consiste fundamentalmente numa exploração privada embora possua apoio a nível estatal. Com este tipo

<sup>6</sup> Apenas dois centros não se localizam nesta cidade:

Escola de Artes e Ofícios - Missão Católica do Jau (município da Chibia)

Escola de Artes e Ofícios do Tchivinguiro - Tchivinguiro (município da Humpata)

de gestão incluem-se as seguintes escolas: Escola de Aprendiz dos CFM, Escola de Artes e Ofícios da Huíla e Escola de Artes e Ofícios do Tchivinguuro;

- 80% Gestão privada: Um total de 33 centros de formação encontra-se em exercício sob tutela de diferentes entidades privadas.

Os cursos ministrados nos vários centros são muito diversos, sendo possível destacar áreas como: cozinha/pastelaria, carpintaria, decoração, comunicação social e gestão administrativa.

Porém, a área de especialidade que maior frequência regista nos centros de formação corresponde à Informática. Este curso é facultado no maior número de centros de formação (50%), havendo 16 estabelecimentos que apenas apresentam este curso. Destaca-se ainda a área de Electricidade (19%), Serralharia (14%), Mecânica (11%) e Inglês (11%).

*Centros de formação por cursos ministrados em 2006*

CURSOS	NÚMERO	%
Informática	18	50,0
Electricidade	7	19,4
Serralharia	5	13,9
Mecânica	4	11,1
Inglês	4	11,1
Carpintaria	3	8,3
Construção Civil	3	8,3
Contabilidade	2	5,6
Outras	8	22,2

*Fonte: INEFOP (2007)*

No âmbito do ensino técnico-profissional destaca-se ainda a Unidade de Formação Móvel que assume um papel de extrema importância na formação de indivíduos em toda a Província. Este centro de formação, de regime público, promove os cursos de Agro-Pecuária, Construção Civil, Carpintaria e Electricidade. Tem como característica principal o facto de se deslocar para o exterior do município do Lubango formando indivíduos que de outra forma não teriam capacidade de frequentar este tipo de formação profissional, procurando ainda minimizar a elevada concentração que se verifica na sede provincial. No ano de 2006, esta unidade formou 1.090 indivíduos nos municípios de Quilengues e Chicomba.

Na cidade do Lubango existem duas escolas técnico-profissionais em funcionamento:

### **Escola de Hotelaria e Turismo**

Este estabelecimento de ensino, em funcionamento desde 1984, conta com, aproximadamente oito centenas alunos e três dezenas de professores. Os cursos disponibilizados correspondem a formação em Cozinha, Mesa e Bar e Pastelaria e Recepção, tendo equivalência à 8ª classe.

### **Escola Técnica Profissional de Saúde do Lubango**

Inaugurado em 2000, este estabelecimento de ensino contabiliza aproximadamente uma centena de alunos e um quadro docente composto por duas dezenas de professores.

A Escola Técnica Profissional de Saúde é de âmbito regional, abrangendo as províncias da Huíla, Namibe, Kunene e Kuando Kubango. Os alunos originários destas províncias contam anualmente com uma reserva de 40% relativa ao número total de vagas disponibilizadas, não lhes sendo contudo concedido alojamento.

A oferta de ensino que a escola apresenta corresponde a cursos gerais (Geral de Enfermagem; Auxiliar de Enfermagem; Promoção de Enfermeiro Auxiliar a Geral; Análises Clínicas e Parteiras) e seminários (Gestores Sanitários Municipais e Gestores de Unidades Primárias).

Os cursos de promoção de enfermeiro auxiliar a geral, de análises clínicas e de parteiras têm como critério de ingresso a obrigatoriedade do candidato pertencer aos quadros do sector da saúde, correspondendo os dois primeiros cursos a reciclagem profissional de quadros.

Os estágios em unidades sanitárias da cidade fazem parte do programa curricular de todos os cursos.

O ensino técnico-profissional desempenha um papel fulcral na estruturação do mercado de trabalho local ao nível da qualificação dos recursos humanos e no acompanhamento das necessidades existentes.

### 1.7.2 Saúde

A rede sanitária da província da Huíla é composta por 269 unidades, das quais 232 correspondem a postos de saúde (86,2%), o que representa uma frequência em todos os municípios, encontrando-se na totalidade abrangidos pela rede sanitária de nível primário. Sem uma abrangência tão evidente, destacam-se os centros de saúde (5,9%) e os centros municipais (4,8%).

À excepção do Hospital Central Dr. António Agostinho Neto, que se encontra sobre jurisdição directa do Ministério da Saúde, todas as restantes unidades de saúde que pertencem ao SNS correspondem a órgãos que se encontram dependentes da Direcção Provincial de Saúde, não detendo autonomia financeira e patrimonial.

*Rede Sanitária da Província da Huíla (2006)*

MUNICÍPIO	HOSPITAL	CENTRO MUNICIPAL	POSTO DE SAÚDE	CENTRO DE SAÚDE	CENTRO MATERNO-INFANTIL	TOTAL
<b>Caconda</b>	0	1	27	0	0	28
<b>Cacula</b>	0	1	10	0	0	11
<b>Caluquembe</b>	1	1	25	0	0	27
<b>Chibia</b>	0	1	13	0	0	14
<b>Chicomba</b>	0	1	17	0	0	18
<b>Chipindo</b>	0	1	8	0	0	9
<b>Cuvango</b>	0	1	21	0	0	22
<b>Gambos</b>	0	1	18	0	0	19
<b>Humpata</b>	0	1	13	0	1	15
<b>Jamba</b>	0	1	13	0	0	14
<b>Lubango</b>	5	0	30	15	0	50
<b>Matala</b>	1	1	16	0	0	18
<b>Quilengues</b>	0	1	17	0	0	18
<b>Quipungo</b>	0	1	4	1	0	6
PROVÍNCIA	7	13	232	16	1	269
%	2,6	4,8	86,2	5,9	0,4	100

*Fonte: DPS (2007)*

No nível de saúde secundário encontram-se 7 unidades sanitárias (3%), correspondendo a:

- Hospital Municipal de Caluquembe (Caluquembe);
- Hospital Municipal de Capelongo (Matala);
- Hospital Maternidade Camarada Irene (Lubango);
- Hospital Pediatria (Lubango);
- Hospital Sanatório (Lubango);
- Hospital Psiquiatria (Lubango);
- Hospital Central Dr. António Agostinho Neto (Lubango);

Estas unidades reúnem um total de 1.298 camas, concentradas maioritariamente nas estruturas hospitalares do município do Lubango (71,6%) e da Matala (7,9%), o que evidencia a importância que estes dois centros urbanos têm na província. Os restantes municípios detêm uma representatividade muito reduzida relativamente ao número de camas.

*Número de camas na Província da Huíla em 2006*

MUNICÍPIO	NÚMERO	PERCENTAGEM
<b>Caconda</b>	25	1,9
<b>Cacula</b>	15	1,2
<b>Caluquembe</b>	16	1,2
<b>Chibia</b>	16	1,2
<b>Chicomba</b>	0	0,0
<b>Chipindo</b>	8	0,6
<b>Cuvango</b>	40	3,1
<b>Gambos</b>	36	2,8
<b>Humpata</b>	30	2,3
<b>Jamba</b>	39	3,0
<b>Lubango</b>	930	71,6
<b>Matala</b>	102	7,9
<b>Quilengues</b>	21	1,6
<b>Quipungo</b>	20	1,5
PROVÍNCIA	1.298	100

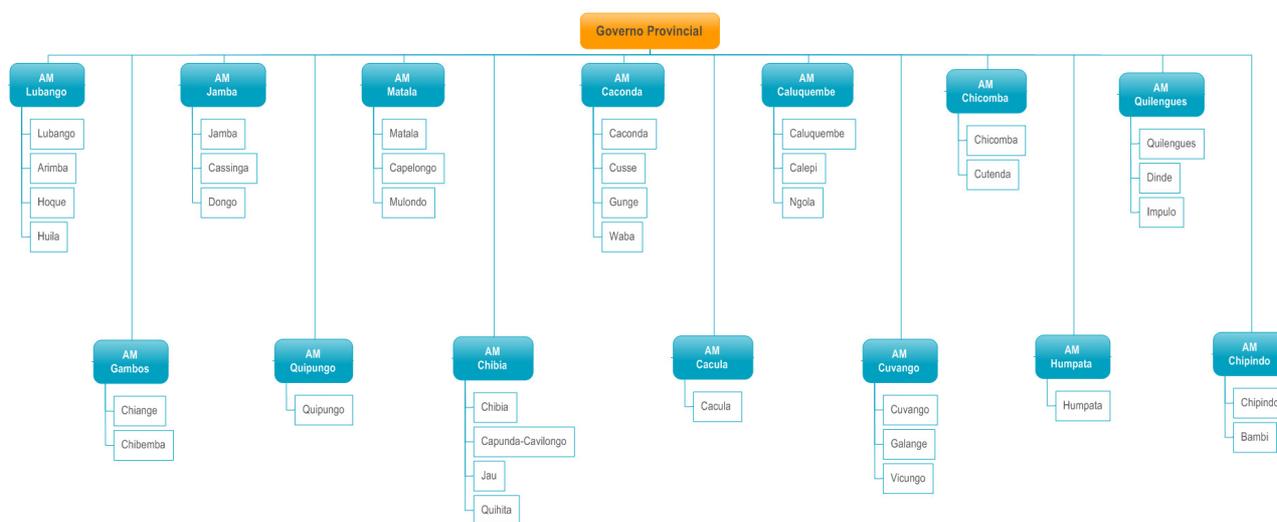
*Fonte: DPS (2007)*

## 1.8 Estrutura da Administração Provincial

A Administração Provincial encontra-se organizada da seguinte forma:



No que diz respeito à dimensão territorial do Governo Provincial, a Huila conta com 14 Administração Municipais que agrupam mais de 3 dezenas de comunas.



### 1.9 Os Principais Activos da Huila para Vencer o Desafio do Desenvolvimento

A província da Huila conta com um conjunto de importantes activos que lhe permitem vencer o desafio desenvolvimento, desde que sejam adequadamente colocados ao serviço dos cidadãos:

- Existência de recursos naturais e culturais, com valor para a criação de riqueza (pastos, áreas agrícolas, minério, história e cultura e paisagem);
- Existência de centros de ensino antigos, em processo de reestruturação, e de novos estabelecimentos de ensino superior público (Universidade da Huila) e privado, com maior leque de oferta para a formação superior;
- Tecido empresarial local em regeneração, marcado por uma resistente cultura empreendedora;
- Aumento do investimento em obras públicas, com repercussões evidentes no crescimento na fileira da construção civil;
- Aposta na expansão da rede de ensino;
- Aumento das acessibilidades viárias e dos transportes inter-provinciais;
- Segurança pública, visível nos baixos níveis de criminalidade;
- Recuperação de infra-estruturas de saúde básicas (Hospital Provincial, Maternidade, Hospitais Municipais, ...);
- Posicionamento da Província relativamente à rede nacional de transportes (pólo de confluência e difusão de ligações);
- Recuperação das acessibilidades ferroviárias (ligação ao Moçâmedes ;
- Potencial turístico derivado de um riquíssimo património natural (parques e reservas, cascatas, escarpa da Chela, Planalto da Humpata, Fendas, Barragens, Grutas) e património cultural (monumentos, sítios arqueológicos, sítios históricos, igrejas) a Direcção Provincial de Indústria, Comércio, Hotelaria e Turismo elaborou uma lista de referências de activos com potencial de exploração turística:
  - Serra da Leba
  - Cascata da Hungéria
  - Cascata da Huila
  - Lago do Tchivinguiro
  - Cristo rei

- Sítio dos Barracões
  - Tundavala
  - Senhora do Monte
  - Miradouro da Boca da Humpata
  - Lago do Quipungo
  - Parque nacional do Bicuari
  - Barragem das Neves
  - Barragem da Tundavala
- 
- Potencial logístico, derivado de um posicionamento geo-estratégico relevante no Sul de Angola;
  - Níveis apreciáveis de qualidade de vida, susceptíveis de captar recursos humanos estratégicos para a província.

## 2. A Província da Huíla Amanhã

### 2.1 Modelo de Desenvolvimento

#### 2.1.1 Conceito de Desenvolvimento

O Governo Provincial adoptou um conceito de desenvolvimento que, partindo de um processo multi-dimensional, pretende-se que origine um aumento do rendimento, a melhoria da qualidade de vida da generalidade da população e que inicie uma transformação social.

Este conceito de desenvolvimento gira em torno de três eixos que se reforçam mutuamente:

- Eixo do crescimento económico
- Eixo da melhoria da qualidade de vida
- Eixo da transformação estrutural social e económica.

#### 2.1.2 Eixos de Desenvolvimento

##### 2.1.2.1 Eixo 1: Crescimento económico.

O eixo do crescimento económico, envolve o aumento do rendimento e a melhoria das condições de vida, consistindo no aumento do emprego e da contribuição provincial para o Produto Nacional Bruto (PNB), ou do Produto Interno Bruto (PIB).

##### 2.1.2.2 Eixo 2: Melhoria da qualidade de vida.

O eixo da melhoria da qualidade de vida inclui, para além da satisfação das necessidades básicas, a melhoria do bem-estar das populações, a expansão do acesso das populações a alimentação, água potável, vestuário, habitação, saúde, educação, à protecção ambiental e a uma oferta cultural diversificada.

Uma melhor educação consubstancia-se, num aumento da oferta de ensino, do número de matrículas, e da percentagem de conclusões em todos os níveis de ensino. Uma melhoria das taxas de literacia da população adulta e um aumento dos restantes índices da educação. A melhoria da educação tem tanto uma vertente quantitativa, como qualitativa.

O aumento da oferta de saúde compreende:

- Aumento dos gastos públicos em saúde.
- Diminuição do rácio de população por médico.
- Diminuição do rácio de população por enfermeiro.
- Maiores taxas de imunização.
- Aumento da oferta de água potável às populações.
- Aumento da esperança média de vida.
- Redução das taxas de mortalidade infantil e materna.
- Redução dos níveis de má nutrição infantil.
- Aumento da produção per capita de alimentos.
- Melhoria dos demais indicadores de saúde.

A redução da pobreza envolve:

- Uma redução da pobreza absoluta e relativa.
- Uma redução da percentagem de população que vive abaixo da linha de pobreza.
- Uma redução da percentagem de população que vive com menos de um dólar por dia.
- Redução do índice de pobreza humana.
- Redução da desigualdade.

A redução da pobreza envolve uma dimensão relativa e absoluta.

Maior igualdade de oportunidades consiste:

- Na redução das discriminações, sejam elas baseadas no sexo, na raça, na religião, no rendimento.
- No acesso mais equitativo aos recursos por parte de todos os indivíduos.

Um ambiente menos poluído resulta entre outros:

- Da diminuição das emissões de CO2
- Da diminuição da taxa de desflorestação
- Do aumento na utilização de energias renováveis.

### 2.1.2.3 Eixo 3: Transformação da estrutura económica e social.

A transformação da estrutura económica e social é a alteração produtiva que envolve:

- O arranque ou desenvolvimento do processo de industrialização.
- Transformação da estrutura da produção agrícola.
- O desenvolvimento do processo de urbanização.
- O surgimento de relações recíprocas entre aumento do rendimento, e o correspondente ajuste do "jogo" da oferta e da procura.
- Alterações das mentalidades, das instituições, e dos vários mercados onde interagem indivíduos e instituições.

Por fim importa realçar o papel das instituições pois estas desempenham um papel fundamental no processo de transformação estrutural, estabelecendo o quadro organizacional e regulatório onde se desenrola a actividade económica. Um ambiente institucional favorável será potenciador do processo de desenvolvimento.

## 2.2 Sectores Estratégicos

### 2.2.1 Agricultura

Por tudo o que já foi referido no capítulo de diagnóstico da situação social e económica prevalecente na província, a agricultura é um sector estratégico para o futuro da Huíla.

Com efeito, para além de um sector camponês de tradição milenar, existe um sector empresarial florescente, assente em alguns projectos que começam a dar os primeiros frutos.

O sector agrícola oferece na Huíla um importante conjunto de potencialidades:

#### Recursos naturais/ambiente

- Existência de um clima propício ao desenvolvimento de culturas de regiões temperadas, nomeadamente dos citrinos, das pomóideas, e das prunóideas;
- Água em grande quantidade e bem distribuída na região, o que permite a intensificação de uma agricultura irrigada, nomeadamente para a produção de hortícolas e cereais; são, em particular, de destacar os seguintes grandes regadios:
  - **Perímetro Hidro-Agrícola das Neves:** Este Perímetro que beneficia uma área que aproximada dos 1.400 ha, é alimentado pela água proveniente da Barragem das Neves. Esta barragem possui a capacidade de armazenar de 6,4 milhões de metros cúbicos de água, e localiza-se a 8 km da Vila da Humpata e 15 km da cidade do Lubango.
  - **Perímetro Hidro-Agrícola da Bata-Bata:** Localizado a sensivelmente 16 km do Complexo Escolar Agrário do Tchivinguiro, consiste numa superfície em alvenaria de pedra e cal hidráulico de 37 metros de comprimento, com uma altura até a crista do descarregador de superfície de 6 metros, e com capacidade da albufeira alimentada pelo Rio Bangolo (nome local) estimada em 86.027 metros cúbicos.

- **Perímetro Hidro-Agrícola da Mapunda – Tundavala:** De todos os perímetros irrigados da província, este é o que encontra-se em melhores condições de operacionalidade. A barragem da Tundavala é alimentada pelo Rio Mapunda, possuindo o descarregador de cheias por terminar. Necessita de alguns cuidados de manutenção a nível dos taludes da barragem e dos canais de rega, que beneficiam uma área que ronda os 400 ha.
- **Canais da Casa Verde da Mapunda:** A derivação de água do Rio Ngolo é feita por um açude constituído por um vertedor rectangular fundado sobre o afloramento rochoso. Do açude parte um canal, cuja água a aduzir é regularizada por uma comporta que funciona por meio de haste e volante. A água do canal para a irrigação é distribuída desde o açude de derivação até ao tanque de acumulação, numa área próxima dos 184 ha.
- **Perímetro Hidro-Agrícola da Comuna da Huíla:** Os canais de rega da Comuna da Huíla, com uma extensão total de aproximadamente 12 km, partem de uma nascente, regularizada na sua parte superior por um dique de derivação, munido de vários módulos reguladores e, deriva o canal da margem esquerda numa extensão de aproximadamente 7 km.
- **Perímetro Hidro-Agrícola das Granjelas:** Esta obra situada no município da Chibia e iniciada em 1974, pela empresa portuguesa Construções Técnicas S.A.R.L., estava enquadrada dentro do aproveitamento hidráulico do Rio Cunene do então denominado Gabinete do Plano do Cunene. A Barragem situa-se a 9 km da Vila da Chibia, num vale relativamente apertado em forma de "V" aberto, com a margem esquerda mais escarpada que a direita o que encaminhou a construção de uma barragem de betão ciclópico tipo gravidade, sendo a sua albufeira alimentada pelo Rio Chimpumpunhime (afluente do Rio Caculuvar, por sua vez afluente do Rio Cunene).
- **Perímetro de Rega das Granjelas:** O perímetro de rega das Granjelas, construído há mais de trinta anos, já com a finalidade de vir a aproveitar a água da barragem das Gandjelas, situa-se dentro dos limites da vila da Chibia a cerca de 40 km a Sudeste da Cidade do Lubango. Esta rede deveria beneficiar cerca de 1.600 hectares e compreende uma obra de captação – açude de derivação, constituída por um vertedor em arco de círculo, fundado sobre um afloramento rochoso, donde partem dois canais.
- **Perímetro Hidro-Agrícola das Chimucuas:** As duas represas localizadas no Município da Chibia, comuna de Capunda CaviLongo, estão situadas uma no braço esquerdo e outra no braço direito do Rio Mototoanda (nome local) e são represas homogéneas de terra tipo planta rectilínea;
- **Barragem do Chicungo:** A barragem do Chicungo, está localizada perto da linha do caminho de ferro Lubango - Matala, a 45 km a Oeste da Cidade do Quipungo. Foi construída em 1965 e servia para irrigação de uma área de cerca de 400 ha (100 ha de arrozal e 300 ha para culturas a efectuar em sequeiro). É uma barragem que funciona por gravidade, de alvenaria arqueada, construída por blocos de granito com argamassa de cal entre dois estratos de granito. Possui um descarregador de superfície de 100 metros de extensão, e uma comporta de fundo para irrigação e drenagem da albufeira.
- **Barragem do Sendi:** A barragem consiste numa superfície de terra homogénea, com um vertedouro em alvenaria e bacia de dissipação. A jusante da barragem, os solos possuem maior potencial agrícola e a quantidade de água disponível na albufeira permitiria, também, a irrigação de uma área mais extensa
- **Barragem do Quipungo I:** Está localizada a 1 km a Nordeste da cidade do Quipungo, e consiste numa superfície de 700 metros de comprimento. O excedente da albufeira é descarregado através de um canal de descarga separado a Oeste da barragem. A capacidade de armazenamento da albufeira, alimentada pelo rio Cassoco (o mesmo que alimenta a Barragem do Sendi) é estimada em cerca de 8,2 milhões de metros cúbicos.
- **Barragem do Quipungo II:** Localizada a 4 km a sudeste do Quipungo, consiste numa superfície de 120 metros de comprimento e num Guide-Bund com 65 metros de comprimento. Construída no rio Cassoco, hoje denominado por Calinga, esta albufeira foi erguida sob responsabilidade do município do Quipungo, com o auxílio de um bulldozer da Enama (Mecanagro).

- **Perímetro Hidro-Agrícola da Matala:** O perímetro da Matala foi implantado em 1953, situa-se na margem direita do rio Cunene, a jusante da barragem da Matala e da cidade do mesmo nome, que dista 200 km a leste da Cidade do Lubango.

#### Investigação, Formação e divulgação

- Existência da Estação Experimental Agrícola da Humpata, que após ser devidamente apetrechada, e com integração de técnicos qualificados poderá desenvolver novas linhas de trabalho não só na área da investigação, mas também na prestação serviços, nomeadamente na multiplicação de plantas;
- Existência do Instituto Médio Agrário do Tchivinguiro, que se encontra reabilitado desde 2001, e que está a proceder à reestruturação dos cursos que lecciona, sendo um potencial gerador de mão-de-obra qualificada;
- Existência de um curso superior de agronomia a ser leccionado na cidade do Lubango pelo ISPRA, que permite a integração de técnicos no sector;
- Existência de um sector empresarial de carácter industrial (embora diminuto) capaz de intervir junto do pequeno empresário, através de formação e divulgação de algumas práticas culturais e, também, na canalização da produção para os circuitos industriais e comerciais;

#### Outras

- Elevado número de camponeses registados em associações e cooperativas, que poderão, desde que devidamente assistidos, criar uma massa associativa e produtiva dinâmica;
- O decurso do Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural, que a nível nacional, não só tem atribuído insumos a serem distribuídos aos camponeses das províncias, como tem, também, o objectivo de melhorar as condições físicas e materiais das estruturas de apoio ao campesinato;
- A existência do projecto de reabilitação do canal da Matala que deverá ser continuado, aproveitando parte dos estudos iniciais para o desenvolvimento de novas áreas piloto, e posteriormente, mediante novos estudos e da análise dos resultados obtidos, poder-se-á expandir a um maior número de beneficiários;
- Grande parte dos produtos processados (ex. sumos, doces, farinhas, bolachas, etc.) e alguns produtos frescos que se encontram no comércio formal (lojas e supermercado) provêm das importações. Caso a indústria transformadora se desenvolva e com a previsão da recuperação da rede viária, o comércio local e nacional torna-se um potencial consumidor das produções locais.

#### 2.2.2 Pecuária

A estratégia de desenvolvimento pecuário tem como objectivos reactivar a pecuária tradicional dos pastores na região e a pecuária comercial para leite e carne em outras regiões do país, através das seguintes acções:

- Restaurar o sistema de pecuária, aproveitando o que existia no passado e inovando com sistemas de produção de carne e leite mais eficientes;
- Apoiar a reactivação do Instituto de Investigação Veterinária (IIV) e das indústrias de processamento de produtos alimentares de origem animal de apoio à comercialização (matadouros, fábricas de laticínios);
- Apoiar a pecuária tradicional.

Os sistemas intensivos de produção devem ser promovidos somente no caso da suinicultura e avicultura, localizadas nas proximidades dos centros consumidores e com fácil acesso às regiões produtoras de cereais (milho e soja). Nestes casos, os incentivos devem encorajar o investimento privado, devendo o Estado assegurar a existência de adequadas infra-estruturas, serviços e importações competitivas, não impeditivas do fomento da produção nacional, principalmente de frangos e produtos lácteos.

As intervenções técnicas que visam aumentar a produção da pecuária devem iniciar-se com sistemas de produção já existentes, tendo em vista a melhor utilização dos recursos, nomeadamente de capital (gado), terras e mão-de-obra.

Actualmente, parte importante da carne e outros produtos de origem animal são produzidos pelo "sector tradicional". Portanto, seria estratégico aproveitar esse importante sistema de produção e criar as condições para que milhares de pastores incrementem as suas criações, reponham os efectivos e modernizem métodos de trabalho para torná-los mais efectivos no mercado local, regional e internacional.

O apoio estatal deverá contemplar:

#### Melhoria da sanidade animal:

Envolve acções que conduzam ao melhoramento da profilaxia médica e sanitária, com vista à diminuição da ocorrência e controlo de patologias, junto dos sectores tradicional e empresarial.

Os serviços de veterinária devem trabalhar em parceria com o sector privado, mantendo o Governo o importante papel de delinear as políticas que visam garantir que os criadores mais desfavorecidos, tenham o acesso a tais serviços.

#### Formação e capacitação dos quadros locais:

Envolve acções de formação que permitam uma melhor prevenção, controlo e diagnóstico de patologias a nível dos sectores tradicional e empresarial; especial ênfase deverá ser dada às matérias de zootecnia e melhoramento animal, forragicultura e sistemas de produção, atendendo ao grande vazio que existe entre os quadros dos serviços.

#### Restauração da Capacidade Reguladora:

O Governo deve também desenvolver uma forte capacidade fiscalizadora no sector da pecuária, cobrindo desde a monitorização até o controlo das doenças e epidemias, definindo os padrões das vacinas, a higiene dos matadouros, frigoríficos, fábricas de processamento de leite e derivados, e serviço de transporte de animais.

#### Sistemas de Informação

Deve ser dada prioridade ao censo dos efectivos de gado em Angola. O último censo foi realizado em 1970 e, são necessários novos dados fiáveis para facilitar a planificação dos programas de apoio ao sector, várias intervenções técnicas, além das campanhas de vacinações a curto e médio prazo.

#### Infra-estruturas de apoio

Deve ser implementado um importante programa de reconstrução e desenvolvimento de um número específico de infra-estruturas de pesquisa, veterinária, formação e produção de vacinas.

A política do subsector pecuário deve articular o Governo, o sector privado, incluindo as associações de produtores, os pequenos criadores e as comunidades rurais, as ONGs e outras agências constituem uma força motriz importante.

As opções políticas do Governo devem responder e facilitar os investimentos que já estão a ser implementados no terreno, visto que os investidores estão a aproveitar as novas oportunidades económicas, as quais poderão ser amplificadas com uma adequada política de crédito rural.

O Governo deve concentrar-se em actividades que não podem ser desempenhadas pelo sector privado, ou aqueles onde os investidores privados não querem investir, pois, não proporcionam retornos imediatos.

O desenvolvimento dos recursos humanos deve ser uma prioridade, mas a política de apoio à pecuária deverá incluir também medidas que salvaguardem os direitos locais de terras, e assistir os pequenos criadores na modernização da sua produção animal, acumulando capital necessário para a criação novos rebanhos.

Esta política exige assistência técnica apropriada, nos temas de genética, reprodução animal, alimentação, manejo e sanidade animal.

Também são importantes várias medidas com vista à criação de um ambiente propício que promova investimentos, garantindo ao mesmo tempo os direitos dos pastores e das comunidades. Tais medidas podem, de forma natural, criar um impacto positivo entre os criadores sem grandes intervenções directas e talvez produzir um resultado significativo na produção de leite e de carne, para o mercado doméstico de Angola e a longo prazo, para o mercado regional (i.e. SADC).

### 2.2.3 Indústria Transformadora

A província da Huíla dispõe de um forte sistema regional produtivo em que interagem aspectos tais como:

- Pólos de produção agrícola e agropecuária e de exploração dos recursos naturais (como Humpata, Chibia, Quipungo, Gambos e Jamba),
- Rede viária - do ponto de intercepção das vias de acesso ao Namibe, ao Cunene e a Benguela, ferroviário e aéreo e as condições naturais.
- Juventude da população, aspecto que articulado com uma interessante oferta do sistema educativo, poderá garantir, a médio e longo-prazo, uma oferta de mão-de-obra qualificada.

Considerando as áreas de mercado a privilegiar face às vantagens competitivas que o tecido industrial da cidade do Lubango pode oferecer, o tipo de mão-de-obra actual, bem como os recursos naturais existentes, o investimento industrial poderá orientar-se para os seguintes sectores:

#### 2.2.3.1 Indústria Agro-alimentar

A Província da Huíla tem condições edafo-climáticas que propiciam a produção de vários produtos agrícolas passíveis de serem transformados: frutas (espécies mediterrâneas, como citrinos, pomoideas e prunoideas e hortícolas e cereais).

O gado constitui uma das grandes riquezas da região, desempenhando também um papel primordial do ponto de vista sociocultural para as sociedades rurais. O desenvolvimento da pecuária representa uma fonte de riqueza e estabilidade para a Huíla, dada a sua importância no melhoramento do nível de vida e na luta contra o êxodo rural, a nível regional, e no abastecimento dos centros urbanos nacionais em carne e conseqüente redução das importações.

A transformação de carnes constitui, indubitavelmente, um sector com elevado potencial de desenvolvimento na província, seja para satisfação de necessidades internas seja, inclusivamente, para exportação.

Ao nível das bebidas alguns analistas consideram Angola, como um mercado de elevado potencial de desenvolvimento, o que é comprovado pelos indicadores internacionais, que posicionam o país em segundo lugar no mundo, logo a seguir à Índia, em matéria de evolução da produção de bebidas, sobretudo a cerveja.

O consumo de bebidas no país, tem vindo a aumentar consideravelmente nos últimos anos, devido à crescente procura, que permitiu a distribuição dos produtos em áreas antes inseguras. Este aumento tem sido mais visível no consumo de cerveja. Dados recentes indicam que, até final do corrente ano, os angolanos terão consumido cerca de 5,5 milhões de hectolitros de cerveja. Isto representa um aumento significativo em relação a 2004, quando foram consumidos cerca de 3,5 milhões de hectolitros do produto.

#### 2.2.3.2 Indústria da Madeira e Mobiliário

Com o aumento das obras públicas e privadas (habitação), melhoria da rede viária, bem como o acesso a áreas florestais entretanto desminadas (principalmente nos municípios do Cuvango, Jamba, Chipindo, Chicomba e Província do Kuando-Kubango), as dificuldades na obtenção de matéria-prima serão atenuadas. Por sua vez a procura do produto final aumentará substancialmente prevendo-se um acentuado crescimento neste sector.

### 2.2.3.3 Rochas Ornamentais

As rochas ornamentais constituem uma importante riqueza. Na província da Huíla existem grandes reservas expressas por alguns biliões de metros cúbicos de granitos negros, de fácil e pouco custosa exploração e cuja aceitação no mercado mundial de rochas ornamentais tem sido enorme, de tal ordem que em menos de três anos a procura passou a ser largamente superior às possibilidades de extracção e tendo como único concorrente a nível mundial, a África do Sul.

A exploração de rochas ornamentais assume-se como actividade com muito interesse, desde que sejam superadas algumas dificuldades, nomeadamente as acessibilidades (recorde-se que o sector depende fortemente de meios adequados de manuseamento e transporte dos granitos e mármore). As grandes jazidas de granito negro localizam-se na parte Sul da Província da Huíla, principalmente nos municípios dos Gambos (Tchibemba) e Chibia (Tchiquatite).

### 2.2.3.4 Construção Civil

Sector da Construção Civil e das Obras Públicas é dos mais importantes para a recuperação da produção e para o crescimento económico, por se situar a montante de um conjunto de actividades económicas e sociais fundamentais para o País. Considerando o estado de degradação das infra-estruturas e com vista a inverter tal situação, é necessário na província:

- Reabilitação de estradas e pontes;
- Modernização da rede viária – construção de vias rápidas, construção de auto-estradas e alargamento de estradas;
- Reabilitação e reequipamento do Caminho-de-Ferro Moçâmedes;
- Reabilitação dos principais aeródromos e aerogares;
- Reabilitação e construção de edifícios públicos (administrativos, escolares, de saúde e de formação profissional);
- Construção de habitações social;
- Reabilitação de centrais/barragens hidroeléctricas, reabilitação e construção de linhas de transporte de energia eléctrica e reabilitação de turbinas eléctricas;
- Reabilitação de sistemas de irrigação e de aprovisionamento, bem como dos acessos às zonas produtoras.
- Expansão da capacidade de captação e distribuição de água, incluindo o desenvolvimento de programas de abastecimento de água no meio peri-urbano e rural;
- Expansão e desenvolvimento do saneamento básico;
- Expansão da capacidade da rede de distribuição de electricidade;
- Expansão da capacidade de geração de electricidade, incluindo a recuperação e desenvolvimento de mini e micro centrais hidroeléctricas e a promoção da utilização de fontes de energia renováveis;
- Ampliação e reabilitação do sistema viário;
- Reabilitação e construção das infra-estruturas de telecomunicações e respectiva rede;
- Construção, reabilitação, equipamento e apetrechamento de escolas do ensino, primário, médio, pré-universitário e superior;
- Construção, reabilitação e apetrechamento de infra-estruturas;
- Construção de habitações para fixação de quadros da educação e saúde na periferia dos principais centros urbanos;
- Construção e dinamização de centros sociais integrados;
- Construção e reabilitação de infra-estruturas para a prática de desporto, artes e cultura.

Face às necessidades de reconstrução do país, o sector da construção e obras públicas, e a exploração e transformação de materiais de construção (minerais não metálicos), são segmentos com um grande potencial de crescimento.

#### 2.2.4 Indústria Extractiva

O Ministério da Indústria da Geologia e Minas pretende iniciar, ainda em 2010, a exploração de ouro, ferro e manganésio na província da Huila. Estas acções encontram-se enquadradas no plano de exploração de ferro de Cassinga.

O Programa de Diversificação da Exploração de Minérios Não Petrolíferos e Diamantíferos, desenvolvido pelo Ministério da Indústria e Geologia e Minas, representa um incentivo à exploração de outros recursos minerais existentes no país, para além do predominante petróleo.

E é exactamente com este propósito que se iniciou em Julho de 2010 a prospecção de ouro na localidade de Popu, situada no município da Jamba, a 320 km a leste da cidade do Lubango.

A sondagem do minério, que se processa com uma parceria público-privada coordenada pela Empresa Nacional de Ferro de Angola (FERRANGOL), visa determinar com exactidão as áreas adequadas à extracção, a quantidade potencial de ouro, respectiva qualidade e cotação internacional e ainda tipos de equipamentos necessários para o arranque da actividade industrial. Os técnicos encarregues da prospecção deverão chegar em breve à Jamba para dar início aos trabalhos.

Com a materialização do processo de pesquisa na zona de Popu, serão criados 100 postos de trabalho, sendo que, à medida que as actividades forem evoluindo, aumentará, também a mão-de-obra a empregar, dando-se preferência às pessoas que habitam nas áreas limítrofes.

O município da Jamba tem, de resto, tradição mineira que remonta a meados do século passado. Com efeito, a exploração de ferro nas minas de Cassinga remonta a meados da década de 50 do século XX. Em 1957, funda-se a Companhia Mineira do Lobito que assume a extracção de ferro na Jamba, Cassinga e Chamutete. Esta companhia cederá, posteriormente, as actividades mineiras empresa alemã Krupp, participada pela Greg-Europe, entidade de capitais belga e japonês. Dados estatísticos da época referem que a quantidade anual de minério extraído, incluindo a produção geral nas províncias de Malange, Bié, Huambo e Huila, atingia as 5,7 milhões de toneladas em 1974. A maior parte do minério era exportada para o Japão, Alemanha e Grã-Bretanha, que pagavam a Angola 50 milhões de USD anuais, a preços constantes.

Mais recentemente, um estudo realizado pela FERRANGOL concluiu que a reserva mineira do jazigo de Katuruka, no Município da Jamba, está acima dos 600 milhões de toneladas de ferro. A realização desta pesquisa permitiu, ainda, a descoberta de novas zonas mineiras nas povoações de Mussessa, Indongo e Cassongo, todas nos arredores do Município.

Em resultado destas expectativas, a FERRANGOL prevê criar 10 mil postos de trabalho com o projecto de reactivação da exploração das minas de ferro e transformação de aço. O número de trabalhadores mineiros a ser inserido pode vir a aumentar, na medida em que o processo de exploração venha a ganhar novos contornos. Os dados disponíveis atestam que o pessoal a ser enquadrado irá assegurar o normal funcionamento das áreas de exploração, tratamento, carregamento, transporte, análise, carpintaria, serralharia, canalizadores, pedreiros, operadores de máquinas, etc.

Após o arranque da exploração, perspectiva-se a extracção, nos dois primeiros anos, de uma quantidade estimada em dois milhões de toneladas de concentrado de minério de ferro, nas minas de Cassinga, Chamutete e Jamba.

A FERRANGOL pretende, também, instalar uma siderurgia com capacidade industrial superior a 400 mil toneladas, transformando este programa de exploração de ferro num projecto integrado e completo. Encontram-se criadas as condições básicas para o pleno lançamento do projecto, estando reparadas uma boa parte das infraestruturas, de entre elas destacando-se 13 residências, um laboratório e dois refeitórios na zona mineira da Jamba.

Tendo em vista aumentar a capacidade formativa, encontra-se em fase de conclusão a construção de um centro de formação profissional, tendo sido enviados para o exterior do país engenheiros de minas, tendo em

vista a realização de formação avançada. No último trimestre de 2009, 13 técnicos participaram com êxito no primeiro curso de perfuração de minério de ferro, realizado no próprio município da Jamba, com objectivo de capacitar os mineiros a serem colocados na primeira fase do processo de produção.

Em paralelo as estas iniciativas, o Governo pretende investir cerca de mil milhões de USD na revitalização da exploração de ferro no Município da Jamba, projecto que já foi entregue ao Conselho de Ministros. A dinamização deste projecto conferirá uma nova dimensão à economia local, em particular aos corredores Jamba-Matala-Quipungo-Lubango e Namibe. A chegada do caminho-de-ferro à Chamutete, a reconstrução completa do troço rodoviário Lubango-Jamba, atingindo a cidade de Menongue, a instalação do sistema de comunicação móvel e de bancos comerciais comprovam a importância da reactivação do complexo mineiro.

## 2.2.5 Segmentos Terciários Potenciais

### 2.2.5.1 Logística

A armazenagem e a logística devem ser uma aposta no desenvolvimento do sector terciário na Província. A criação de um Terminal Multimodal é uma oportunidade excelente para colocar a Província da Huíla no mapa selecto dos espaços de sucesso económico.

A província da Huíla como acontece no país em geral, conhece presentemente, uma fase de desenvolvimento económico que, certamente, se irá aprofundar na próxima década. Significa isto que o número de empresas, nacionais e estrangeiras, tenderá a aumentar, com particular ênfase para as empresas de cariz logístico. Tal circunstância implica um esforço redobrado de definição de uma política de implementação de plataformas logísticas para a localização das empresas nos vários municípios, de forma coerente e articulada, servindo os interesses económicos da província.

Os principais factores que propiciam o desenvolvimento logístico prendem-se com localização estratégica, (passagem da via-férrea em alguns municípios) aliada ao grande potencial destes em várias fileiras produtivas, principalmente na fileira agro-alimentar. Assim a Huíla dispõe de boas condições de partida para captar fluxos globais de mercadorias, acrescentar-lhes valor e assegurar o seu transporte pelo modo mais eficiente e eficaz para as grandes áreas urbanas (Lubango, Huambo, Luanda, Benguela, entres outras).

### 2.2.5.2 Serviços de Apoio à Produção

Os serviços de apoio à actividade económica são essenciais para o robustecimento da base económica e para a melhoria do bem-estar na Província da Huíla. Os serviços de apoio à actividade produtiva são claramente muito selectivos e o seu desenvolvimento futuro encontra-se associado ao modelo de organização territorial da Província, em particular à rede urbana deste espaço.

Prevê-se uma grande procura de serviços relacionados com actividade financeira, contabilidade, informática e telecomunicações, comunicação social, gestão de empresas, correios, transportes, limpeza, segurança e vigilância, formação profissional, consultoria, seguros, publicidade, apoio jurídico, imobiliária e gestão de condomínios.

### 2.2.5.3 Turismo

A valorização crescente dos valores histórico-monumentais, do ambiente e paisagens, das tradições culturais, dos mega e médios eventos, da animação cultural, na atracção da procura turística contemporânea, abre oportunidades de desenvolvimento de vários produtos turísticos na Província da Huíla.

O turismo a nível provincial poderá, assim, representar uma importante cadeia de valor acrescentado, englobando impactos em diferentes níveis, nomeadamente económicos, sociais e ambientais. Poderá também ser um sector determinante na criação de emprego e no aumento das receitas locais e nacionais.

Os principais pontos turísticos na província da Huíla são os seguintes:

- Parques e Reservas – Parque nacional do Bicuari e Reserva Florestal do Guelengue e Dongo;
- Cascatas - da Huíla, Hungéria, Zootécnica, Irmãs e cascata da Leba;

- Miradouros;
- Fendas – Tundavala, Bimbe e Fenda do Bruco;
- Barragens;
- Recursos patrimoniais;
- Elementos tradicionais.

A nível provincial a oferta hoteleira e de restauração é bastante reduzida e pouco diversificada, com evidente concentração na cidade do Lubango. Desta forma e face recursos existentes, justificam-se a criação de novos espaços de restauração e hotelaria.

#### 2.2.5.4 Investigação e Desenvolvimento

A influência das relações entre organizações assume-se cada vez mais um aspecto crucial no desenvolvimento de processos de inovação, pois permite o acesso das empresas ao conhecimento e a outro tipo de recursos necessários à aprendizagem, à validação e implementação de soluções inovadoras. Num mundo global onde a velocidade da mudança e da circulação de informação é uma constante, a formação de redes de empresas constitui um reservatório de ideias, experiências e conhecimento, suficientemente útil para merecer uma aposta clara das políticas públicas de Ciência e Tecnologia.

O desenvolvimento de uma Rede Empresarial de Investigação e Desenvolvimento na Província da Huíla, permitirá estabelecer a ligação essencial necessária entre o nível individual e organizacional de troca e desenvolvimento de conhecimento. Devendo permitir estabelecer um conjunto de fluxos comunicacionais de troca, entre diferentes empresas e outras entidades, com vista ao estímulo da investigação e desenvolvimento empresarial que promova simultaneamente a aprendizagem conjunta, o alargamento e enriquecimento de competências e a aquisição de conhecimento de base tecnológica.

Assim, a criação e o uso de recursos que permitam diminuir os riscos de inovação, da concepção à comercialização, reforçando a produtividade e competitividade a nível local, regional e nacional.

### 2.3 Prioridades em Matéria de Localização Industrial

A província da Huíla, como o país em geral, conhece, presentemente, uma fase de desenvolvimento económico que, certamente, irá aprofundar-se no próximo decénio. Significa isto que o número de empresas, nacionais e estrangeiras, tenderá a aumentar, com particular ênfase para as empresas de matriz industrial. Tal circunstância implica um esforço redobrado de definição de uma política de localização de empresas, coerente e articulada, servindo os interesses económicos da região. Relativamente a esta matéria, a matriz de localização industrial constante da estratégia de reindustrialização do país fornece importantes orientações aos potenciais investidores. Com efeito, a matriz de localização industrial delineada pelo Governo é particularmente clara no que à província da Huíla diz respeito.

As tabelas seguintes sistematizam os sectores a privilegiar na província da Huíla, bem como o respectivo enquadramento em matéria de sistemas de incentivos e de enquadramento em zonas económicas especiais, tendo presente que o município do Lubango se insere na designada Zona A, sendo que os restantes municípios se inserem na Zona B.

# MUNICIPIO DO LUBANGO

Sub-Sector	Lei Investimento Privado		Investimentos entre 50 e 250 mil USD (Isenções n.º Anos)			
	Territoriais	Sectoriais	Aduaneiros		Imposto Industrial	Aplicação Capitais
			BC Novos (50%)	BC 2ª Mão (25%)		
Produção de Água Mineral e Bebidas Refrigerantes Não Alcoolicas	A		3	3	8	5
Fabrico de Bebidas Alcoolicas, Distiladas e de Bebidas Fermentadas	A		3	3	8	5
Industrialização de Tubérculos e Raízes (Mandioca e Batata Rena)	A		3	3	8	5
Industrialização de Cereais (Milho, Sogro e Trigo)	A		3	3	8	5
Indústria de Panificação, Pastelaria, Bolachas e Biscoitos	A		3	3	8	5
Industria dos Açúcares e do Alcool	A		3	3	8	5
Produção e Refinação de Óleos e Gorduras (Animais e Vegetais)	A		3	3	8	5
Conservas de Carnes, Derivados de Leite e Gorduras Alimentares	A		3	3	8	5
Industrialização de Horto-Frúctícolas e Legumes	A		3	3	8	5
Indústria do Tabaco	A		3	3	8	5
Gases Industriais e Medicinais	A		3	3	8	5
Extractos e Concentrados Aromáticos	A		3	3	8	5
Embalagens de Cartão, Plásticas e Metálicas	A		3	3	8	5
Preparação, Fiação, Tecelagem, Acabamento de Texteis e Fibras, Confecções e Texteis	A		3	3	8	5
Perfumaria e Cosméticos	A		3	3	8	5
Materiais Plásticos e Compósitos e Componentes para Calçado	A		3	3	8	5
Indústria de Curtumes, Calçado e Artigos de Couro e de Pele	A		3	3	8	5
Lapidação Diamantes e Joalheria	A					
Fertilizantes	A		3	3	8	5
Indústria de Materiais de Construção	A		3	3	8	5
Maquinas e Aparelhos Eléctricos	A		3	3	8	5
Industrialização dos Caulinos	A		3	3	8	5
Cerâmica Branca e Vermelha	A		3	3	8	5
Rochas Ornamentais	A		3	3	8	5



SIM



NÃO

## RESTANTES MUNICIPIOS

Sub-Sector	Lei Investimento Privado		Investimentos entre 50 e 250 mil USD (Isenções n.º Anos)			
	Territoriais	Sectoriais	Aduaneiros		Imposto Industrial	Aplicação Capitais
			BC Novos (50%)	BC 2.ª Mão (25%)		
Produção de Água Mineral e Bebidas Refrigerantes Não Alcoólicas	B		4	4	12	10
Fabrico de Bebidas Alcoólicas, Distiladas e de Bebidas Fermentadas	B		4	4	12	10
Industrialização de Tubérculos e Raízes (Mandioca e Batata Rena)	B		4	4	12	10
Industrialização de Cereais (Milho, Sogro e Trigo)	B		4	4	12	10
Indústria de Panificação, Pastelaria, Bolachas e Biscoitos	B		4	4	12	10
Industria dos Açúcares e do Alcool	B		4	4	12	10
Produção e Refinação de Óleos e Gorduras (Animais e Vegetais)	B		4	4	12	10
Conservas de Carnes, Derivados de Leite e Gorduras Alimentares	B		4	4	12	10
Industrialização de Horto-Frutícolas e Legumes	B		4	4	12	10
Indústria do Tabaco	B		4	4	12	10
Gases Industriais e Medicinais	B		4	4	12	10
Extractos e Concentrados Aromáticos	B		4	4	12	10
Embalagens de Cartão, Plásticas e Metálicas	B		4	4	12	10
Preparação, Fiocção, Tecelagem, Acabamento de Texteis e Fibras, Confeccções e Texteis	B		4	4	12	10
Perfumaria e Cosméticos	B		4	4	12	10
Materiais Plásticos e Compósitos e Componentes para Calçado	B		4	4	12	10
Indústria de Curtumes, Calçado e Artigos de Couro e de Pele	B		4	4	12	10
Lapidação Diamantes e Joalharia	B					
Fertilizantes	B		4	4	12	10
Indústria de Materiais de Construção	B		4	4	12	10
Maquinas e Aparelhos Eléctricos	B		4	4	12	10
Industrialização dos Caulinos	B		4	4	12	10
Cerâmica Branca e Vermelha	B		4	4	12	10
Rochas Ornamentais	B		4	4	12	10



SIM



NÃO

## 2.4 Desenvolvimento das Infraestruturas de Apoio à Actividade Económica

### 2.4.1 Infraestruturas Rodoviárias

A cidade do Lubango detém, apesar do estado de degradação ou da inoperância de serviços, condições para assegurar boas ligações ao exterior ao nível aéreo, ferroviário e rodoviário. Este valor intrínseco só se tornará um factor competitivo caso as fragilidades existentes forem colmatadas a curto/ médio-prazo.

Tendo presente a importância estratégica das **infraestruturas rodoviárias** para o desenvolvimento da província, o Plano Director da Cidade do Lubango preconiza um conjunto de intervenções de carácter estratégico:

- Reabilitação da E.N. 105;
- Reabilitação da antiga ligação para o Namibe, via Bibala. Esta ligação, apesar de representar um acréscimo de 60km face à EN 280 funciona, face ao enquadramento regional do Lubango, como a melhor alternativa viária ao tráfego de veículos pesados de mercadorias;
- Ampliação do troço inicial, no sentido Lubango-Namibe, de modo a permitir melhores condições de circulação;
- Reabilitação da linha férrea e renovação do material circulante, de modo a fomentar o transporte de passageiros e mercadorias. Face à inexistência de alternativas à estrada da Leba, a ligação ferroviária Lubango-Namibe pode funcionar como uma alternativa também viável.

No que diz respeito à estrutura viária urbana são também preconizadas acções concretas. Com efeito, a resolução dos problemas associados à circulação viária interna passa pela definição de uma nova hierarquia viária para a cidade do Lubango, composta por sub-redes de categoria diferente. A circulação urbana deve fazer-se em função da seguinte hierarquia:

- Circular Urbana: corresponde à via periférica ao centro da cidade com elevado nível de serviço que cumpre funções de atravessamento da cidade;
- Vias Principais: correspondem aos principais eixos de entrada/saída da cidade e às vias urbanas que cumprem funções de atravessamento da cidade;
- Vias Colectoras: correspondem às vias de distribuição geral do tráfego da cidade;
- Vias Distribuidoras: correspondem às vias de carácter mais local mas ainda tendo alguma função na distribuição de tráfego;
- Vias Reservadas aos Transportes Públicos: correspondem às vias destinadas exclusivamente à circulação dos transportes públicos colectivos;
- Outras Vias: correspondem às vias de carácter local.

A nova estrutura de circulação interna visa, assim, dar resposta aos seguintes objectivos:

- Alcançar um elevado grau de abrangência territorial;
- Descongestionar o centro da cidade do tráfego automóvel;
- Diversificar as alternativas de circulação, de modo a garantir boas condições de acessibilidade e mobilidade;
- Criar alternativas que possibilitem o escoamento do tráfego de atravessamento de forma periférica à cidade e criação de ligações transversais.

## 2.4.2 Transportes

O sistema de transportes da cidade do Lubango é bastante completo, apesar de apresentar algumas debilidades. É composto por três subsistemas:

- Aéreo, com ligações provinciais a Luanda, Benguela e Huambo e internacionais (Windhoek);
- Rodoviário, de âmbito urbano e inter-provincial (Santa Clara e Namibe);
- Ferroviário, de âmbito interprovincial (Matala, Menongue e Namibe).

De acordo com o diagnóstico realizado no âmbito do processo de preparação do Plano Director do Lubango o sistema de transportes apresenta as seguintes debilidades:

- Elevados registos de passageiros e carga transportada no Aeroporto da Mucanca,;
- Dificuldade na manutenção de um serviço de transporte rodoviário, quer pelas más condições da rede viária, quer pela frota existente;
- Os intervalos entre partidas e chegadas, das carreiras efectuadas pelas transportadoras interprovinciais e provinciais, são muito elevados;
- Curta longevidade das frotas das transportadoras rodoviárias interprovinciais e provinciais, uma vez que, são alvo de constantes avarias mecânicas;
- Existência de táxis colectivos a efectuar trajectos interurbanos, de forma ilegal, os mesmos circuitos que os transportes colectivos públicos (ferroviários ou rodoviários);
- Tempos de percurso muito grandes nas viagens ferroviárias que, actualmente, se realizam nas diversas linhas;
- O material ferroviário circulante (locomotivas, vagões e carruagens) é escasso e antigo, sendo a situação agravada pela falta de manutenção e reparação do mesmo.

Tendo em vista a optimização da rede de transportes, o Plano Director do Lubango contempla um conjunto de intervenções estratégicas:

### Transportes aéreos

- Modernização da infraestrutura aeroportuária, caso o aumento de tráfego aéreo se justificar.

### Rodoviário

- Reabilitação da rede de circulação interna, de modo a fomentar a política de transportes urbanos. Os táxis colectivos de passageiros deverão funcionar apenas como uma medida transitória.

### Ferroviário

- Criação de uma linha de caminho-de-ferro adjacente à circular. Este eixo será o suporte de grande maioria do transporte regional de mercadorias e de passageiros, fazendo a circulação pelo limite Este da cidade. Deste modo, o atravessamento de carga e passageiros cujo destino não é o Lubango, pode ser feito sem a obrigatoriedade de atravessar o centro da cidade, descongestionando esta área nobre e dando lugar a um transporte mais urbano com melhor grau de integração no meio urbano.
- Construção de uma linha de comboio urbano, que aproveite a estrutura já existente. O traçado definido liga as duas estações ferroviárias existentes na cidade.

### Interface de Transportes (rodoviário e ferroviário)

- Criação de um interface de transportes a Sul do aeroporto. Esta infraestrutura comporta espaços de apoio à estação (zonas de cargas/descarga) e aos passageiros, bem como, espaços comerciais (restaurantes, cafés, lojas, etc).

## 2.5 Grandes Projectos da Província

### 2.5.1 Barragem das Gangelas

A empresa chinesa Sinohydro Corporation Limited assegurou as obras da construção da barragem hidroeléctrica das Gangelas e do canal de irrigação.

A primeira pedra para a edificação da barragem das Gangelas foi colocada em meados de 1975 mas o início da execução do projecto não foi possível antes de 2002, devido à situação de guerra que Angola viveu.

A primeira fase da obra terminou em 2007 e a segunda foi concluída recentemente.

O canal de irrigação que cobre aproximadamente 1.400 hectares de terras aráveis, num percurso de mais de oito quilómetros veio viabilizar a produção de milho, massango, massambala, assim como de leguminosas, horto-frutícolas e citrinos.

O projecto concebido pelo Governo Central, no âmbito de um programa nacional avaliado em cerca de cinco milhões de dólares, foi financiado pelo Eximbank da China.

A barragem pode armazenar cerca de 3,5 milhões de metros cúbicos de água. O projecto vai transformar o município da Chibia, com uma população estimada em 133 mil habitantes, em zona de alta produção agrícola e beneficia 116 mil camponeses da Chibia, agrupados em sessenta associações e cooperativas agrícolas.

### 2.5.2 Pólo de Desenvolvimento Industrial da Matala

O programa executivo do sector da indústria transformadora para o período 2009/2012, prevê um investimento de 25 milhões de USD no Pólo de Desenvolvimento Industrial da Matala, com o financiamento a ser assegurado pelo Banco Espírito Santo de Angola.

Após um longo período de paralisação, o Governo Provincial está firmemente empenhado na reactivação, ainda em 2010, do pólo de desenvolvimento industrial da Matala.

Com efeito, a conclusão de dois matadouros com respectivas câmaras frigoríficas, um aviário para produção de ovos e uma unidade metalomecânica constituem as principais infra-estruturas a serem operacionalizadas, no segundo semestre de 2010, no Pólo Industrial da Matala, no âmbito do programa de reactivação da indústria transformadora na Huíla

A unidade metalomecânica é um projecto estimado em três milhões de dólares (com a montagem de nave, equipamento e maquinaria industrial), enquanto a implantação do aviário deve orçar em 571 mil e 740 dólares, incluindo equipamento de aviário, transporte e seguro.

O pólo poderá contar também com outros projectos, com realce para uma fábrica de rações, orçada em 965 mil e 314 dólares; uma de tintas plásticas e sintéticas, avaliada em 530 mil dólares, uma moagem (897 e 50 dólares) e uma padaria industrial, avaliada em 180 mil e 390 dólares.

Fazem ainda parte do programa a construção de uma moageira de milho, avaliada em dois milhões de dólares, assim como uma gráfica, num investimento de cinco milhões, e uma fábrica de embalagens de plásticos, avaliada igualmente em cinco milhões de dólares.

De acordo com o documento, trata-se de projectos que poderão arrançar no decurso deste ano. Na Matala, já funciona a Sociedade de Desenvolvimento da Matala "Sodemat". Esta empresa participa no Pólo Industrial, com um investimento avaliado em seis milhões, 220 mil e 120 dólares.

O município da Matala é o segundo parque industrial da província da Huíla, depois do Lubango, com mais de 60 unidades de pequeno e grande porte.

### 2.5.3 Reabilitação do Caminho-de-Ferro de Moçâmedes

A reconstrução do caminho-de-ferro de Moçâmedes contempla a construção de 56 estações de importância diversa ao longo dos 907 quilómetros do traçado.

Fundada a 28 de Setembro de 1905, a empresa do Caminho-de-Ferro de Moçâmedes tem a sua sede na cidade do Lubango e a linha parte da cidade do Namibe (antiga Moçâmedes), indo até Menongue, província do Kuando-Kubango.

A reabilitação total da linha ferroviária de Moçâmedes está a cargo da empresa indiana Rail India Technical and Economic Consultancy Services (RITES).

A reconstrução da ferrovia inclui a colocação de novos carris assentes em travessas de betão armado, a construção de novas pontes e pequenas passagens hidráulicas, destruídas e degradadas ao longo de todo o traçado, bem como a colocação de um novo sistema de sinalização e telecomunicações, com a instalação de cabos de fibra óptica ao longo de todo o trajecto.

A remoção dos antigos carris e consequente ampliação, compactação, rectificação do raio das principais curvas do perfil da linha e levantamentos topográficos foram outros dos trabalhos executados.

O troço Matala/Dongo/Dongo Novo/Entroncamento já recebeu a colocação de novos carris e respectiva balastragem, permitindo aos comboios circularem neste troço a uma velocidade máxima de 80 quilómetros à hora.

Neste troço, foram construídas oito estações, sendo duas de primeira classe, na Matala e Entroncamento, uma de segunda classe no Dongo e as restantes cinco de terceira classe, em outros pontos do troço, que estão a aguardar os acabamentos.

Por outro lado, o Caminho-de-Ferro de Moçâmedes (CFM) vai ser reforçado, ainda este ano de 2010, com mais locomotivas e carruagens de primeira, segunda e terceira classes, que começam a operar a partir da cidade do Lubango, província da Huíla.

O CFM vai beneficiar, também, de vagões para comboios recoveiros, entre os quais porta-contentores, cisterna para combustíveis, água, transporte de cereais a granel e carga geral.

As obras de reabilitação estão bastante avançadas, e se tudo correr conforme está programado em 2011 teremos o Caminho-de-Ferro de Moçâmedes a funcionar plenamente.

### 2.5.4 Centro Comercial Millenium

Na cidade do Lubango, no bairro da Lucrécia, (centro da cidade), localiza-se o **Centro Comercial Millenium**, um dos maiores de Angola. Com uma área de implantação com 8.000m<sup>2</sup> e com uma área de construção de 13.000m<sup>2</sup>. Estando ainda prevista a sua ampliação. Este empreendimento criou cerca de 400 empregos directos e estima-se que o número de empregos indirectos seja muito superior. Conta com um total de 144 lojas, permite uma variada oferta de serviços, que vai desde o hipermercado, casino, restaurantes, escritórios e lojas.

### 2.5.5 Plano Director da Cidade do Lubango

O Plano Director da Cidade do Lubango 2003-2020 é um documento estruturante do desenvolvimento urbano da região e tem como objectivos:

- Elaborar de um modelo de organização O Plano que pautar o crescimento da cidade no horizonte do Plano;
- Identificar áreas condicionadas a usos por questões de equilíbrio biofísico ou decorrente de servidões administrativas ou restrições de utilidade pública;

- Determinar regras para as diferentes categorias de espaço urbano propostas;
- Analisar a circulação geral da cidade do Lubango;
- Salvaguardar monumentos nacionais, sítios e edifícios de interesse público
- Delimitar unidades operativas de planeamento e gestão;
- Criar mecanismos para a gestão urbanística;
- Enquadrar os investimentos a realizar na monitorização do Plano, com base em directrizes programáticas sobre a execução.

O Plano Director contempla um importante conjunto de peças desenhadas, de particular relevância para o operador económico que se pretenda instalar no perímetro urbano do Lubango:

- Planta de Enquadramento – delimita o âmbito espacial do Plano.
- Planta de Ordenamento - traduz graficamente o disposto no Regulamento quanto ao uso do solo.
- Planta das Condicionantes Biofísicas – identifica as servidões administrativas e as restrições de utilidade pública que limitam o livre aproveitamento do solo relativamente a elementos biofísicos.
- Planta das Condicionantes Estruturais – identifica as servidões administrativas e restrições de utilidade pública que limitam o livre aproveitamento do solo relativamente a elementos estruturantes.
- Planta de Servidões Aeroportuárias – indica aos tipos de servidões aeroportuárias a respeitar.
- Planta do Património Edificado – refere os sítios e imóveis classificados e em vias de classificação, bem como os propostos para inventariação.
- Programação na Rede Viária Urbana – transcreve as acções a desenvolver na rede viária interna, estipuladas nas directrizes programáticas sobre a execução.

O Plano Director contempla a construção de um importante conjunto de infraestruturas: províncias

### Abastecimento de Água

Face ao cenário que se vive no Lubango em termos de abastecimento de água, propõe-se no âmbito do PDL a criação de um sistema de abastecimento de água de origem única, composto pelas seguintes infraestruturas:

- Captação da Senhora do Monte: ampliação da capacidade;
- Estação de tratamento de água: construção;
- Conduas adutoras: reconstrução;
- Reservatórios: requalificação dos reservatórios da Boca da Humpata, Proteica, Mapunda e Ferrovia e construção de mais reservatórios por toda a cidade;
- Rede de abastecimento de água: reconstrução da rede de abastecimento de água da cidade e ampliação a áreas actualmente carentes;
- Ramais domiciliários: reconstrução ou requalificação dos ramais domiciliários existentes e construção de novos ramais nas habitações com condições de os receber;
- Fontanários: construção de fontanários disseminados pela cidade a distâncias adequadas ao transporte de água a pé até às habitações.

Não obstante a criação deste sistema, propõe-se outro sistema a título excepcional, utilizando água da nascente da Tundavala, para abastecer indústrias que, pela sua tradição e/ou processos de fabrico adoptados, reclamem pela utilização de água com esta origem. No entanto estas indústrias deverão ser alertadas para a impossibilidade de garantir aumentos de caudal no futuro.

A vantagem da construção de um único sistema, face à disseminação de "sondas" pela cidade, é a possibilidade de garantia de qualidade da água. A origem é única, o tratamento é feito numa única unidade, sendo possível e monitorização permanente das características da água fornecida a toda a população.

As infraestruturas são dimensionadas de modo a garantir a satisfação das necessidades dos próximos 40 anos, período de vida útil da maioria dos materiais a utilizar, se forem alvo de manutenção.

## Saneamento

Face à situação sanitária que se vive no Lubango, propõe-se no âmbito do PDL a criação de um sistema de saneamento de águas residuais, separado do sistema de águas pluviais actualmente existente. Este sistema recolherá as águas residuais domésticas e industriais equiparadas a domésticas, necessitando as industriais não equiparadas de um pré tratamento específico consoante o processo de fabrico, anterior ao lançamento das suas águas residuais na rede.

As águas pluviais deverão ser separadamente conduzidas aos cursos de água existentes, tal como o foram anteriormente, devendo prever-se a ampliação da rede de águas pluviais sempre que uma área for impermeabilizada.

O sistema de saneamento de águas residuais é composto pelas seguintes infraestruturas:

- Ramais domiciliários de recolha de águas residuais;
- Rede de drenagem;
- Emissários;
- Estações elevatórias;
- Estação de tratamento de águas residuais;
- Descarga final.

Todas as infraestruturas são construídas de raiz.

Não obstante a criação deste sistema, excepcionalmente em certas áreas da cidade em que a densidade de construção não justifique a ampliação do sistema, propõe-se a construção de fossas sépticas individuais ou pequenos sistemas autónomos de tratamento. Está previsto que nestes casos haja manutenção das unidades de tratamento, nomeadamente com limpa fossas e recolha de lamas.

O sistema de saneamento de águas pluviais é composto por:

- Ramais domiciliários de recolha de águas pluviais;
- Sumidouros nas áreas públicas impermeabilizadas;
- Rede de drenagem;
- Descarga final.

As infraestruturas são dimensionadas de modo a garantir a satisfação das necessidades dos próximos 40 anos, período em que os materiais utilizados na sua construção se manterão operacionais se forem alvo de manutenção.

## Resíduos Sólidos

Com vista à melhoria da situação sanitária relativa à acumulação de resíduos sólidos urbanos o PDL propõe que, a curto prazo, seja construído um aterro sanitário, onde serão depositados os resíduos sólidos, recolhidos com frequência regular em toda a cidade. A população deverá estar informada das datas e horas indicadas para a deposição. Os resíduos serão recolhidos em veículos próprios e depositados no aterro, que deverá ser gerido e controlado. Numa fase posterior, quando o volume de resíduos, as suas características e o mercado o justificarem, deverá ser construída um sistema de valorização de resíduos adequado.

## Energia Eléctrica

Para fazer face à falta da segurança de pessoas e bens relativamente às infraestruturas de fornecimento de energia eléctrica, o PDL propõe a criação de restrições e servidões. Serão concretizadas sob a forma de

afastamentos mínimos entre as infraestruturas de fornecimento de energia eléctrica e o solo, árvores, edifícios, obstáculos naturais, estradas, cursos de água, entre outros.

Para que a qualidade de serviço de distribuição de energia eléctrica mude radicalmente, será necessário aumentar largamente a capacidade das infraestruturas de produção de energia. A estratégia referente à produção de energia extravasa o âmbito da cidade do Lubango e deve ser alvo de estudos concretos de âmbito nacional. No entanto, as necessidades da cidade a curto, médio e longo prazo estão definidas e deverão ser tidas em conta aquando da opção por qualquer estratégia.

A melhoria das condições de serviço face ao panorama existente actualmente será apenas possível se grande parte da cidade for deixada sem distribuição de energia eléctrica, uma estratégia difícil de implementar e socialmente polémica, mas sem a qual, quem paga energia não poderá usufruir do bem a que tem direito.

## Telecomunicações

Encontrando-se o Lubango bem servido de telecomunicações, o único passo a dar em termos de ordenamento do território é a concretização do Artigo 37º da Lei nº 8/01 de 11 de Maio, Lei de Bases das Telecomunicações, que prevê a criação de servidões e restrições de utilidade pública em torno das infraestruturas de telecomunicações, nomeadamente nas imediações de centros radioeléctricos. Esta medida visa proteger a propagação e a recepção das ondas radioeléctricas, isto é, nas áreas delimitadas ficarão restringidos os obstáculos e as estruturas que possam provocar perturbações electromagnéticas.

## Zonas Industriais

### *Antiga Zona Industrial do Lubango*

Como já referido anteriormente, a expansão urbana observada nas últimas décadas veio transformar profundamente as relações espaciais dentro da cidade. A antiga zona industrial tem vindo a perder as vantagens competitivas que inicialmente estiveram associadas à sua criação. A expansão das áreas habitacionais, a dependência a eixos de circulação congestionados, a falta de alternativa de acesso, a inoperância dos caminhos-de-ferro para escoamento e abastecimento de produtos são factores que levaram à criação de deseconomias de escala, que não sustentam o estabelecimento de novas indústrias. Nos últimos anos o estabelecimento de novas indústrias decorreu principalmente em zonas mais afastadas, nomeadamente junto ao aeroporto, verificando-se alguma degradação da antiga zona industrial.

O Plano Director classificou toda a antiga zona industrial numa classe de indústria a relocalizar, tendo em conta que este tipo de uso deve situar-se preferencialmente fora de zonas onde exista habitação. A relocalização de indústrias e de alguns serviços existentes (central de abastecimento, oficinas, armazéns, ...) deverá ser feita de forma gradual e tendo em conta o tipo de indústria e o processo de criação/ reactivação que esteve na sua origem. Considerando a centralidade, a antiga zona industrial deverá ser reconvertida em Zona Centrais I e II, mediante plano de pormenor para toda a área. De modo a travar o crescimento da antiga zona industrial e de acordo com o Plano Director, os novos pedidos de localização de indústria devem ser remetidos para a Zona Industrial da Boa Viagem.

### *Zona Industrial da Boa Viagem*

A Zona Industrial da Boa Viagem, situada junto ao aeroporto, tem vindo a ser alvo desde os anos 90 de localização industrial, ainda que não detenha para o efeito infraestruturas próprias e um projecto de loteamento de base. Esta zona, suficientemente afastada do centro e pouco ocupada, próxima do aeroporto e da linha de caminho-de-ferro, detém todas as condições para se desenvolver como uma área de localização industrial, desde que se assegurem as condições necessárias ao seu desenvolvimento. Referimo-nos, para além da organização e infraestruturização do espaço mediante projecto específico, da construção de um interface geral de transportes, alternativo ao actual, que garanta o escoamento e abastecimento de produtos, e de zonas de apoio logístico.

De modo a criar sinergias, o Plano Director considerou pertinente a localização de um pólo-científico e tecnológico junto a esta zona industrial, onde se poderá a médio prazo desenvolver uma nova zona universitária e fomentar o estabelecimento de empresas ligadas à investigação e tecnologia.

#### *Pólo Científico-Tecnológico*

A Zona do Pólo Científico-Tecnológico, a situar junto da Zona Industrial da Boa Viagem, destinada à localização de novos estabelecimento de ensino superior, centros de investigação, equipamentos de apoio ao ensino, foi considerada no Plano Director de modo a valorizar a importância que a cidade do Lubango tem como pólo regional de ensino superior. Estabeleceram-se duas áreas destinadas a este uso a Sul do Bairro do Tchioco, uma de cada lado da circular urbana. Esta separação está directamente ligada com usos específicos: as universidades, equipamentos de apoio ao ensino (bibliotecas, centros de congresso, ...) devem localizar-se no interior da circular, mais próximos de áreas habitacionais e com maior acessibilidade. As empresas ligadas à tecnologia e investigação devem beneficiar da proximidade às indústrias e zonas logísticas, localizando-se preferencialmente, deste modo, no exterior da circular urbana. Idealmente, as duas zonas devem estar ligadas através de atravessamento subterrâneo, funcionando assim como unidade.

#### *Zonas Terciárias*

Nas zonas terciárias foram consideradas duas classes de uso de solo:

- Zonas de Apoio Logístico;
- Mercados Tradicionais.

#### **Zonas de Apoio Logístico**

São zonas complementares ao uso industrial proposto e incluem todas as actividades de apoio à produção, nomeadamente as zonas de armazenagem, grandes superfícies comerciais e serviços, podendo ainda incluir unidades de restauração e de hotelaria. Na localização destas áreas privilegiou-se a envolvente das grandes infraestruturas de transportes, nomeadamente, o interface proposto e o aeroporto, garantindo-se assim uma transição entre estas e as zonas industriais.

#### **Mercados Tradicionais**

Os Mercados Tradicionais correspondem às grandes áreas de comércio e serviços já estabelecidas, nomeadamente os mercados João de Almeida, Calumbiro e Tchioco. Não se pretende com a designação "tradicional" manter estas áreas com a fisionomia e função actual, mas apenas valorizar o princípio que esteve subjacente à criação destes mercados – venda de produtos agrícolas e bens essenciais. Deste modo, os mercados existentes devem ser alvo de requalificação, contemplando a construção de todas as infraestruturas necessárias ao seu funcionamento, a existência de espaços verdes, boas acessibilidades e estacionamento. Esta requalificação deverá contemplar a reorganização comercial destas áreas, uma vez que algumas das actividades entram em concorrência desleal com o comércio formal existente, bem como uma reorganização espacial, que permita a criação de novas áreas comerciais na periferia da cidade.

#### **2.5.6 Programa Executivo da Indústria**

Encontra-se, presentemente, em vigor o Programa Executivo para o sector da indústria 2009-2012. De entre os objectivos que norteiam este programa, salientamos:

- Aumentar a contribuição da indústria transformadora para o PIB;
- Apoiar a substituição competitiva das importações e fomentar as exportações;
- Aproveitar o grande potencial agrícola, pecuário e florestal da província;
- Aproveitar as oportunidades decorrentes da indústria petroquímica (Refinaria do Lobito);
- Aumentar o número de postos de trabalho no sector industrial;
- Concertar e aplicar os mecanismos financeiros de apoio ao investimento privado nacional.

O programa contempla um conjunto de investimentos na província na Huila.

Projecto	Descrição	Custo (USD)	Postos de Trabalho (a criar)
Construção do Pólo de Desenvolvimento Industrial de Kassinga	Elaboração de estudos de viabilidade visando criar condições infraestruturais para a construção do Pólo	250.000	n/a
Construção de Unidade de Processamento de Horto-Frutícolas	Produção de Conservas de Horto-Frutícolas	4.000.000	250
Construção de uma Fábrica de Arame Farpado e Malha Sol	Produção de Arame Farpado e Malha Sol	10.000.000	250
Reabilitação da Moageira de Trigo da Huila – SAIDY MINGAS	Produção de Farinha e Subprodutos da Moenda de Trigo	3.000.000	100
Construção de Fábrica de Frigoríficos e Arcas Frigoríficas	Produção de Frigoríficos e Arcas Frigoríficas	5.000.000	100
Construção de Fábrica de Colchões de Mola	Produção de Colchões de Mola	2.500.000	100
Construção de uma Gráfica	Aumento da Produção de Livros Escolares, Fabricação de Partes Gráficas e Edição de Publicações	5.000.000	50

## 3. Enquadramento Regulamentar

Neste capítulo dedicado ao enquadramento regulamentar do investimento na Huila, concentraremos a nossa atenção em três dimensões complementares:

- Enquadramento Legal ao Investimento Privado – cujo conhecimento é fundamental para os empreendedores interessados em instalarem-se na província, através da promoção de iniciativas que visem aumentar a produção local de bens e serviços.
- Enquadramento Legal ao Investimento Público – indispensável para os interessados nas (diversas) oportunidades que oferece o mercado público de contratação de bens e serviços;
- Enquadramento Legal à Contratação Pública – igualmente indispensável para aceder a contratos com financiamento interno.

### 3.1 Enquadramento Legal do Investimento Privado

A Lei n.º 11/03, de 13 de Maio – Lei de Bases do Investimento Privado – enquadra e regulamenta o investimento privado em Angola. Aí são igualmente definidos os princípios de acesso aos incentivos e facilidades a conceder pelo Estado angolano ao investimento privado, tratados em diploma autónomo. O investimento privado pode assumir a forma de investimento nacional ou externo. Por oposição ao investidor nacional, considera-se investidor externo qualquer pessoa singular ou colectiva não residente que, independentemente da sua nacionalidade, introduza ou utilize em Angola capitais domiciliados no estrangeiro, com direito a transferir lucros e dividendos para o exterior. Este regime tem, assim, uma forte componente de disciplina de entrada e saída de capitais, com actuação directa do banco central angolano.

O direito a investir em Angola, bem como o direito à prática dos actos necessários ao desenvolvimento dos respectivos projectos de investimento, encontra-se dependente da obtenção de autorização prévia nos termos da Lei n.º 11/03, de 13 de Maio. O valor mínimo para os projectos de investimento está legalmente fixado em USD 100,000.00. Porém, deve considerar-se tal limite como indicativo, uma vez que certos projectos, na sequência da sua apreciação administrativa, podem passar a requerer montantes superiores. Pela prática verifica-se também que investimentos exclusivamente nacionais que não impliquem esse trânsito de capitais podem dispensar a autorização prévia.

As propostas e a autorização de investimentos decorrem sob um de dois regimes processuais:

- a) Regime de declaração prévia;
- b) Regime contratual.

Estão sujeitos ao regime de declaração prévia, nos termos da referida lei, as propostas para investimentos de valor igual ou superior ao equivalente a USD 100,000.00 para investidores externos (50,000.00 para investidores nacionais) até ao limite máximo equivalente a USD 5,000,000.00.

Ficam sujeitas ao regime contratual (culminando na celebração de um contrato de investimento com o Estado angolano) as propostas que se enquadrem nas seguintes condições:

- a) Investimentos de valor igual ou superior a USD 5,000,000.00;
- b) Independentemente do valor, os investimentos em áreas cuja exploração só pode, nos termos da lei, ser feita mediante concessão de direitos de exploração temporária;
- c) Independentemente do valor, os investimentos cuja exploração só pode, nos termos da lei, ser feita com a participação obrigatória do sector empresarial público.

Os procedimentos de autorização ficam a cargo da ANIP - Agência Nacional do Investimento Privado, à qual está entregue a execução da política angolana em matéria de investimentos privados, bem como a promoção, coordenação, orientação e supervisão dos investimentos privados. A ANIP é, desse modo, um interlocutor privilegiado dos interessados que pretendam investir em Angola, na maioria dos sectores de actividade económica, sendo a entidade a quem devem ser apresentadas as candidaturas de investimento e quem (isoladamente ou em conjunto com o Conselho de Ministros - no caso do regime contratual) autoriza os projectos de investimento privado. Podem ser encontradas mais informações sobre esta entidade em <http://www.anip.co.ao/>

Aprovadas as propostas de investimento privado, a ANIP emite um Certificado de Registo de Investimento Privado (CRIP), que confere ao seu titular o direito de investir nos termos nele referidos. O CRIP constitui o documento comprovativo da aquisição dos direitos e da assumpção dos deveres de investidor privado, devendo servir de base para todas as operações de investimento, acesso a incentivos e facilidades, constituição de sociedades, obtenção de licenças e registos, solução de litígios e outros factos decorrentes da atribuição de facilidades e incentivos.

Assim, após ser obtido o CRIP, para que seja efectuada a importação de capitais integrante do projecto é necessário o licenciamento dessa operação, numa dimensão cambial, junto do BNA - Banco Nacional de Angola e com intervenção de uma instituição financeira da escolha do investidor que esteja autorizada a exercer o comércio de câmbios. Igualmente, caso o projecto de investimento implique a constituição ou alteração de sociedades, a qual deve ser outorgada por escritura pública, é necessária a apresentação ao notário do CRIP, emitido pela ANIP, bem como da competente licença de importação de capitais, emitida pelo BNA (atestando no verso a realização do capital investido), sob pena de nulidade dos actos a que disser respeito.

Do mesmo modo, o registo das operações de entrada no país de máquinas, equipamentos, acessórios e outros materiais para investimentos que beneficiem de facilidades e isenções previstas na lei, que é da competência do Ministério do Comércio em conjunto com as autoridades alfandegárias, depende igualmente da apresentação do CRIP.

Cabe notar que investimentos em certos sectores (como o petrolífero, o dos diamantes e o das instituições financeiras) regem-se por legislação própria, sem prejuízo de aplicação subsidiária da Lei n.º 11/03, de 13 de Maio. Acresce que se deverá ter em atenção o regime constante da Lei de Delimitação dos Sectores da Actividade Económica (Lei n.º 05/02, de 16 de Abril) relativamente aos sectores integrados nas designadas Reservas de Estado, incluindo restrições aplicáveis a áreas da economia fora da livre iniciativa privada ou especificamente limitados.

É ainda de fazer notar que, por regra, não existe a obrigatoriedade legal de os investidores externos se associarem a investidores nacionais para a implementação de projectos. Esta regra não se aplica a sectores específicos, como o da comunicação social, transporte aéreo, petrolífero e diamantífero.

A Lei n.º 11/03, de 13 de Maio, e a Lei n.º 17/03, de 25 de Julho, que regula especificamente os benefícios fiscais e aduaneiros, regulam a concessão de incentivos a projectos de investimento privado, quer estes sejam nacionais ou externos, estabelecendo um conjunto de medidas directamente aplicáveis aos referidos projectos. São abrangidos no âmbito do regime de incentivos fiscais, nomeadamente os projectos de investimento que se enquadrem nos seguintes sectores, zonas, ou projectos:

- Sectores Prioritários:
  - Agricultura e Pescas
  - Construção civil
  - Energia e águas
  - Infra-estruturas Rodoviárias, Ferroviárias, Portuárias e Aeroportuárias
  - Educação e Saúde
  - Indústria transformadora
  - Equipamentos de grande porte de carga e passageiros
  
- Zonas de Desenvolvimento Elegíveis para Efeitos da Atribuição de Incentivos Financeiros:
  - Zona A – abrange a província de Luanda e os municípios sede das províncias de Benguela, Huíla, Cabinda e o município do Lobito.
  - Zona B – restantes municípios das províncias de Benguela, Cabinda e Huíla e províncias do Kwanza Norte, Bengo, Uíge, Kwanza Sul, Lunda Norte e Lunda Sul.
  - Zona C – províncias de Huambo, Bié, Moxico, Cuando Cubango, Cunene, Namibe, Malange e Zaire.

Existem legalmente dois regimes distintos de incentivos fiscais, aplicáveis a projectos de investimento, em função do montante de investimento:

- Investimentos > USD 250.000; e
- Investimentos USD 50.000 e USD 250.000.

Note-se, numa dimensão prática, não têm sido conferidos incentivos a projectos de investimento de valor inferior a USD 250,000.00, esperando-se que em breve prazo tal valor mínimo venha a aumentar. Caso se trate de investimentos superiores a USD 5,000,000.00, os incentivos poderão estar dependentes dos termos negociados ao nível do contrato de investimento, podendo inclusive ser alargados.

Os incentivos previstos na Lei n.º 17/03 incidem sobre três tipos de direitos:

- **Direitos Aduaneiros** - as operações de investimento estão isentas do pagamento de direitos e demais imposições aduaneiras sobre bens de equipamento (ou redução 50%, no caso de equipamentos usados).
- **Imposto Industrial** - os lucros resultantes de investimentos estão isentos do pagamento de imposto industrial.
- **Imposto sobre a Aplicação de Capitais** - as sociedades que promovam operações de investimento ficam isentas do pagamento de imposto sobre o rendimento de capitais relativamente a lucros distribuídos a sócios.

Estes incentivos aplicam-se da seguinte forma:

Zona de Desenvolvimento	Direitos Aduaneiros	Imposto Industrial	Imposto sobre Aplicação de Capitais
Zona A	3 Anos	8 Anos	5 Anos
Zona B	4 Anos	12 Anos	10 Anos
Zona C	6 Anos	15 Anos (*)	15 Anos

(\*) Gozam ainda de isenção sobre o preço da empreitada, os sub-empregados.

Existem, ainda, outros incentivos aplicáveis, de entre os quais salientamos:

- Isenção de imposto de sisa pela aquisição de terrenos e imóveis adstritos ao projecto, a requerer à repartição fiscal competente.
- Isenção de direitos aduaneiros: as operações de investimento estão isentas do pagamento de direitos e demais imposições aduaneiras sobre mercadorias incorporadas ou consumidas directamente nos actos de produção de mercadorias: (a contar do início de laboração, incluindo testes).
- Despesas de investimento consideradas como perdas, para além do período de isenção do imposto industrial, para apuramento da matéria colectável:
  - Até 100% das despesas com a construção e reparação de estradas, caminhos-de-ferro, telecomunicações, abastecimento de água e infra-estruturas sociais para os trabalhadores, suas famílias e população dessas áreas;
  - Até 100% de todas as despesas com a formação profissional em todos os domínios da actividade social e produtiva;
  - Até 100% de todas as despesas que resultem de investimentos no sector cultural e/ou compra de objectos de arte de autores ou criadores angolanos, desde que permaneçam em Angola e não sejam vendidos pelo período de 10 anos.

O investidor que pretenda beneficiar de incentivos fiscais, em qualquer dos dois sistemas de incentivos, deve preencher, cumulativamente as seguintes condições:

- Encontrar-se em condições legais e fiscais para o exercício da sua actividade;
- Não ser devedor ao Estado, à Segurança Social e não ter dívidas em mora junto do sistema financeiro angolano; e, igualmente,
- Dispor de contabilidade organizada e adequada às exigências de apreciação e acompanhamento do projecto de investimento.

### 3.2 Enquadramento Legal do Investimento Público

Como é do conhecimento público, o Governo Angolano decidiu empreender um processo de reorganização das finanças públicas que, introduzindo mecanismos reforçados de controlo, não deixará, certamente, de beneficiar os agentes que fornecem bens e serviços ao Estado, evitando a desregulamentação que conduziu, no passado recente, a graves problemas de pagamento.

Assim, o Governo está a tomar medidas para prevenir a constituição de dívidas além da capacidade de endividamento sustentável do Estado. Ao mesmo tempo, as autoridades estão decididas a impor maior rigor e transparência na execução orçamental. Entre as acções de reorganização e melhoria da gestão financeira pública já adoptadas, destacam-se as regras de Execução do Orçamento Geral do Estado de 2010, aprovado por Decreto Presidencial nº 24/ 10, de 24 de Março, o Decreto Presidencial nº 31/10, de 12 de Abril sobre o Regime dos Investimento Públicos, entre as quais se incluem disposições decorrentes das recomendações emitidas pela **Ernest & Young**, multinacional de consultoria contratada para apoiar o executivo angolano na reorganização das finanças públicas, das quais se destacam:

- O início da execução financeira de um projecto de Investimento Público deve obedecer a observância de tramitação processual que contemple:
  - Certificação de que é parte do programa de Investimentos Públicos (PIP)
  - Certificação da cabimentação orçamental (estar inscrito no OGE).
  - Existência de contrato aprovado pelo órgão competente para o efeito.
  
- A aprovação do contrato pelo órgão competente apenas na circunstância em que as Unidades Orçamentais façam prova da observância das disposições da legislação vigente sobre aquisições e contratação públicas, com a apresentação nomeadamente:
  - Prova de anúncio público ou convite de pré-qualificação.
  - Documentação de pré-qualificação.
  - Carta-convite para apresentação de proposta.
  - Documentação de proposta (de acordo com as normas estabelecidas).
  - Mapa de quantidades.
  - Memória descritiva do projecto.
  - Folha de apresentação das propostas.
  - Relatório de avaliação das propostas.

Nessas circunstâncias, as empresas que fornecem bens ou serviços a organismo do Estado, deverão requerer que tais organismos façam prova da observância dos procedimentos estabelecidos pois, de outro modo, o Estado não assumirá a responsabilidade por eventuais dívidas assim contraídas.

O objectivo é por termo a uma série de práticas dos gestores orçamentais que se confundem com os erros e vícios do passado, estando o Executivo empenhado em erradicar as mesmas. De recordar que, no início de 2010, depois da aprovação da Constituição, José Eduardo dos Santos reafirmou a sua política de tolerância zero em relação a esses erros e vícios, determinando um novo começo, com a adopção de novos métodos de trabalho, outra disciplina, nova consciência e um perfil do servidor público mais adequado às suas responsabilidades.

Entre os erros e vícios que o novo executivo quer combater, salientam-se:

- Não apresentação ou a apresentação irregular das necessidades de recursos financeiros por parte das unidades orçamentais;
- Contração de dívidas à margem das regras estabelecidas, a remissão de facturas ao Ministério das Finanças para pagamento;
- E até a emissão de ordens de saque em nome próprio.

Importa referir que o Orçamento Geral do Estado (OGE) enquanto Lei de Meios e não Lei de Despesas, prevê as Receitas e fixa a Despesa, pelo que as despesas nela inscritas, podem ser iguais ou inferiores às receitas arrecadadas efectivamente. Por isso, a execução do OGE é feita na base de programação financeira do Tesouro, que é trimestral, e nos planos de caixa. São esses instrumentos que dão a previsão mais próxima da realidade em termos de receitas existentes e, por isso mesmo, a afectação de recursos é feita com base em tais instrumentos que são mensais. As unidades Orçamentais devem, portanto, remeter ao Ministério das Finanças, trimestralmente, as suas necessidades de recursos financeiros, as quais devem estar de acordo com a programação Financeira do Tesouro. É esta que estabelece o limite das despesas que as Unidades Orçamentais devem cabimentar em cada trimestre.

Ou seja, não basta uma despesa estar inscrita no OGE, também, tem de estar prevista na Programação Financeira do Tesouro. Um dos vícios persistentes entre os gestores orçamentais é continuar a endividar-se com o argumento de que o seu orçamento lhes permitia realizar certas despesas, responsabilizando o Ministério das Finanças por não disponibilizar os fundos previstos no OGE. Outros vícios do passado são a celebração de contratos sem orçamentação prévia, a existência de contratos não aprovados pela entidade competente ou contratos não visados pelo Tribunal de Contas, práticas que constituem irregularidades, pelo que o Estado (Tesouro Nacional) não pode assumir o pagamento de despesas que resultem dos mesmos. A contratação em moeda estrangeira com residentes cambiais ou o estabelecimento de adiantamentos superiores aos 15% regulamentados são outras das (más) práticas que o Ministério das Finanças pretende erradicar.

A fim de não estrangular a economia, o executivo resolveu começar a pagar a dívida contraída em 2008 e 2009 desde que, no mínimo, exista um contrato reconhecido. Mas já a partir de 2010, as autoridades vão impor o máximo rigor na execução do OGE, pelo que os agentes e operadores interessados em disponibilizar bens e serviços ao Estado devem acautelar plena conformidade com a lei, sob pena de verem protelados ou mesmo congelados os pagamentos que lhes são devidos.

### 3.3 Enquadramento Legal da Contratação Pública

Foi recentemente publicada a nova Lei da Contratação Pública. Aplica-se a mesma à Contratação de Empreitadas de Obras Públicas, de Locação e Aquisição de Bens Móveis e Imóveis e à aquisição de Serviços por uma Entidade Pública. É também aplicada à Concessão de Obras Públicas e de Serviços Públicos e inclui todas as matérias que estão dispersas em três diplomas:

- Decreto n.º 40/05, de 08 de Junho - aprova o Regime de Empreitadas de Obras Públicas;
- Decreto n.º 7/96, de 16 de Fevereiro - estabelece o Regime de Realização de Despesas Públicas, Prestação de Serviços e Aquisição de Bens, bem como a Contratação Pública relativa à Prestação de Serviços, Locação e Aquisição de Bens Móveis;
- Decreto n.º 26/00, de 12 de Maio - aprova as Normas Reguladoras da Aquisição, Uso e Abate de Veículos do Estado.

Os principais objectivos da introdução do novo regime da contratação pública são os seguintes:

- Uniformização, simplificação e diminuição do número de procedimentos relacionados com a Contratação Pública.
- Promoção do respeito pelos princípios constitucionais e legais em matéria de direito administrativo em geral e da contratação pública em especial, nomeadamente:
  - Da igualdade;
  - Da imparcialidade;
  - Da transparência;
  - Da proporcionalidade.
- Promoção da inovação tecnológica dos processos (redução de custos, eficiência e rapidez dos procedimentos, ganhos ecológicos);
- Introdução dos Sistemas de Aquisição Dinâmica Electrónica (aquisições com base em catálogos electrónicos);
- Consagração da figura da Central de Compras;
- Instituição do Portal de Compras;
- Reforço do papel regulador do Estado, através da criação de uma entidade de fiscalização e de supervisão do mercado da contratação pública – O Gabinete da Contratação Pública;
- Fomento da Ética na Contratação;
- Fomento do Empresariado angolano, através da previsão de normas de protecção de empreiteiros, fornecedores de bens e prestadores de serviços.

Tomando por comparação o anterior enquadramento legal à contratação pública, de notar a eliminação do procedimento de "ajuste directo" (as aquisições de pequeno valor passarão a ser feitas através do procedimento por negociação), tendo sido estabilizada a seguinte tipologia de procedimentos:

- Concurso público
- Concurso limitado, por prévia qualificação
- Concurso limitado, sem apresentação de candidaturas
- Procedimento por negociação

O novo regime de contratação pública assenta, por outro lado, num conjunto de aspectos relevantes, cujo conhecimento se afigura fundamental para todos os agentes interessados na comercialização de bens e serviços junto de Entidades Públicas Angolanas:

### **Ética**

Define os conceitos e as normas relacionadas com a ética no processo de contratação. São a materialização das disposições da Lei da Probidade Pública e o reflexo de transparência e isenção na gestão dos recursos públicos:

- Conduta dos Funcionários Públicos;
- Conduta dos Interessados (pessoas singulares e colectivas);
- Impedimento de Interessados;
- Cadastro dos Candidatos/Concorrentes
- Denúncia de Práticas Ilícitas

### **Gabinete de Contratação Pública - Atribuições**

- Apoiar o Executivo na formação e implementação de políticas relativas à contratação pública;
- Fiscalizar, auditar e supervisionar os processos de contratação, em colaboração com os organismos competentes para o efeito;
- Constituir-se em observatório da contratação pública, através do estímulo à adopção das melhores práticas e de novos procedimentos de aquisição pública;
- Elaborar normas, regulamentos e instruções para normalizar os processos de contratação pública;
- Decidir sobre recursos apresentados pelos candidatos e/ou concorrentes.

### **Portal da Contratação Pública**

- A nova Lei prevê a criação do Portal da Contratação Pública – as regras de constituição, funcionamento e de gestão e respectivas funcionalidades deverão fixadas por lei a ser publicada;
- A lei também fixará também, as regras de funcionamento e de utilização de plataformas electrónicas pelas entidades contratantes, bem como o modo de interligação destas com o Portal da Contratação Pública;
- Deverá haver articulação com o Ministério das Telecomunicações e Tecnologias de Informação.

### **Centrais de Compras**

- As entidades públicas contratantes podem constituir Centrais de Compras para centralizar a contratação de empreitadas de obras públicas, a locação e a aquisição de bens e serviços;
- A constituição de Centrais de Compras permite aumentar o poder de negociação e consequentemente obter preços mais competitivos, rentabilizando os recursos públicos;
- As Centrais de Compras podem celebrar acordos quadro que tenham por objecto a posterior celebração de contratos de empreitada de obras públicas ou de locação ou aquisição de bens e serviços;
- As entidades gestoras das centrais de compras podem atribuir a gestão de algumas actividades a um terceiro, independentemente da sua natureza pública ou privada;

- A constituição, estrutura orgânica e o funcionamento das centrais de compras serão reguladas por diploma próprio.

### **Sistema de Aquisição Dinâmica Electrónica**

- As entidades contratantes podem celebrar contratos de aquisição de bens móveis ou serviços de uso corrente, através de um procedimento especial totalmente electrónico que compreende três fases:
  - Instituição do sistema e formação do catálogo electrónico;
  - Convite;
  - Adjudicação.
- O Anúncio deve ser publicado na III Série do Diário da República e num jornal de grande circulação;
- O Programa do procedimento deve:
  - Fixar a duração do sistema (não superior a quatro anos);
  - Fornecer aos interessados todas as informações necessárias ao acesso ao sistema, indicando o equipamento electrónico utilizado, as modalidades e os aspectos técnicos de ligação ao sistema;
  - Ser integralmente disponibilizado até ao encerramento do sistema de forma gratuita e directa, na plataforma electrónica utilizada pela entidade contratante.

### **Leilão Electrónico**

- É um processo interactivo baseado num dispositivo electrónico destinado a permitir aos concorrentes melhorar progressivamente as suas propostas, depois de avaliadas, obtendo-se a nova pontuação através de um tratamento automático
- A entidade contratante pode recorrer a este procedimento quando:
  - As especificações técnicas dos bens ou serviços a adquirir se encontrem totalmente estandardizadas;
  - O preço for o único critério de adjudicação.

### **Contratação de Serviços de Consultoria**

- Estabelece as regras e os princípios que devem ser observados na contratação de serviços de consultoria:
  - Método de contratação;
  - Conflitos de interesses;
  - Fases do processo de selecção;
  - Termos de referência;
  - Anúncio e convite para apresentação de propostas;
  - Prazos.

## 4. Análise de Risco

No âmbito da abertura progressiva da economia angolana aos mercados internacionais, o executivo angolano solicitou à Fitch, Moody's e Standard & Poor's (S&P) a avaliação do risco soberano de Angola.

No caso de Angola, este primeiro exercício de classificação de risco soberano é um marco importante no aprofundamento da integração da economia do país nos mercados internacionais, pois melhora o seu estatuto no mercado financeiro global e na economia mundial.

Como se sabe, as avaliações de risco soberano reflectem a opinião sobre a capacidade de um país honrar as suas dívidas e a publicação dos relatórios das agências de "rating" dá, com efeito, aos investidores internacionais uma avaliação independente do potencial económico de Angola e, deste modo, facilita o acesso aos empréstimos internacionais por parte do Governo, das empresas e das instituições financeiras nacionais e a atracção de investimentos para o país.

Em resultado do seu trabalho de avaliação, a agência Fitch atribuiu a Angola a classificação B+ e a agência Moody's atribuiu B1 (que é equivalente a B+), ambas com perspectiva positiva, e a agência S&P atribuiu a classificação B+, com perspectiva estável.

Em termos comparativos, a agência S&P confere a Angola e à Nigéria o mesmo patamar (B+), enquanto o Ghana, Cabo Verde, Uganda, Moçambique e Quênia estão classificados, ou no mesmo patamar, ou num patamar inferior.

Contudo e contrariamente à situação prevalecente nestes países, a perspectiva positiva para Angola, tanto da Moody's como da Fitch, constitui a indicação da existência de um potencial de elevação de Angola para uma categoria BB (a categoria imediatamente superior a B+), num prazo relativamente curto, caso as perspectivas de progresso económico e institucional das agências se materializem.

Além disso, tratando-se da sua primeira avaliação, a classificação de risco soberano de Angola é igual às classificações iniciais obtidas por países emergentes como a Rússia e o Brasil, países que devido às suas realizações económicas e institucionais viram as suas classificações de risco melhorarem rapidamente.

De facto, a primeira classificação atribuída pela agência S&P ao Brasil, em Julho de 2002, foi um B+ com perspectiva estável (igual à atribuída agora a Angola, por esta agência). As classificações posteriores foram melhorando e, em Abril de 2008, o "rating" deste país era de BBB – com perspectiva estável.

O primeiro "rating" da Rússia, por seu lado, obtido em Dezembro de 2001, pela S&P foi um B+ com perspectiva positiva (o mesmo atribuído a Angola pelas agências Moody e Fitch). Posteriores classificações fizeram evoluir este 'rating' para BBB com perspectiva estável, em Dezembro de 2008.

De acordo com os relatórios das agências, a classificação de Angola reflecte uma visão equilibrada da sua dotação de recursos naturais e das boas perspectivas de estabilidade macroeconómica, de maior crescimento económico e desenvolvimento, bem como a necessidade de reforço da capacidade institucional do Governo, que aliás já denota um aumento crescente neste domínio.

As agências apreciaram favoravelmente os recentes esforços do Executivo para a reconstrução das infra-estruturas do país, que vêm aumentando a capacidade produtiva do sector não petrolífero e contribuindo para superar os constrangimentos relativos à produção interna.

De igual modo as três agências avaliaram positivamente os esforços de longo prazo para a consolidação da estabilidade política e as mudanças constitucionais e institucionais recentes.

As agências também valorizaram as medidas em curso no âmbito das políticas fiscal e monetária e para diminuir a vulnerabilidade da economia à volatilidade dos preços do petróleo.

A esse respeito, consideram o programa acordado entre Angola e o FMI, em fins de 2009, como um factor positivo, que mostra a determinação do Executivo de seguir adiante com as políticas visando a normalização dos mercados, a manutenção da estabilidade macroeconómica e a diversificação económica.

Finalmente, as agências consideram que a forte retoma do crescimento económico, em 2010 e nos anos futuros, contribuirá para o êxito das medidas do Executivo e para que se alcance, níveis maiores de diversificação económica.

## 5. ANEXO – PRINCIPAIS IMPORTADORES DE ANGOLA

Empresa	Morada	Web site/mail	Telefone	Fax
GRUPO AROSFRAN SARL	R. Comadante Valodia , nº 67, 1º Andar	<a href="mailto:mtajideen@grupoarosfran.com">mtajideen@grupoarosfran.com</a>	2442430165 / 222 443 146	2442449972
ANGOALISSAR COMERCIO E INDÚSTRIA	R. Dr. Amílcar Barca, 5, 1º Luanda	<a href="http://www.angoalissar.com/pt/index.aspx">http://www.angoalissar.com/pt/index.aspx</a> ; <a href="mailto:info@angoalissar.com">info@angoalissar.com</a>	222 310 221	
INTERCAL - EMPRESA REUNIDA DE COM. & IND.	Lgo 1º de Maio, 15- cx postal 23 - Lubango	<a href="mailto:intercal@nexus.ao">intercal@nexus.ao</a>	261223077 / 261 222 680 / 261 245 899	261228175 /
GRN - GABINETE DE RECONSTRUÇÃO NACIONAL	Gabinete de Obras Especiais, Morro Bento		222 35 8210	222357956
NOVACIMANGOLA, SARL	Av. 4 de Fevereiro, 45 2º Andar		310190	
ANGOLA LNG LIMITED	20 - Av. Lenine	<a href="http://www.angolalng.com/">http://www.angolalng.com/</a>	222 69 26 00	
SECIL Lobito, SA	Morro da Quileva - CP 157 Lobito	<a href="mailto:secil-lobito@ebonet.net">secil-lobito@ebonet.net</a> ; <a href="mailto:secil-lobito.secret@nexus.ao">secil-lobito.secret@nexus.ao</a>	272 222 207	272 223 106
GOLFRATE HOLDINGS	Av. 4 de Fevereiro, nº 13 r/c - Luanda; cx. Postal 6173	<a href="http://www.golfrateangola.com">www.golfrateangola.com</a> ; <a href="mailto:info@golfrateangola.com">info@golfrateangola.com</a>	253250023	
CHINANGOL, LDA	RUA MAJOR KANHANGULO BUNGO No AB E C LUANDA	<a href="mailto:marketing@gsp.cn">marketing@gsp.cn</a>	222 444 066	222 443 967
CABINDA GULF OIL	Avenida Lenine 77		244 239 26 46	244 239 43 48
SIMPORTEX - COMERCIALIZAÇÃO DE EQUIP.	R. Rainha Ginga, 24		350883 / 338983	
COCA-COLABOTT LING LUANDA	Rua N'Gola Kiluange n.º370,	<a href="mailto:ccbl@sr.cangola.com">ccbl@sr.cangola.com</a>	222-381212/382605/382567/380353	222-380047
ANGO RAYAN GROUP	R N Gola Kiluanji, nº 98			
EAA ENTREPÓSITO ADUANEIRO DE ANGOLA	Estrada do Cacuaco, km 4, Bairro N'Gola Kiluange Luanda		222 84 18 88	222 84 17 02
ADISTRIBUIDORA	R N Gola Kiluanji, nº 168, Bairro de São Paulo	<a href="mailto:distribuidora@snet.co.ao">distribuidora@snet.co.ao</a>	222 38 15 91/222386590/222386591	222383795
ATLAS GRUPO, LDA	Rua Major Kanhangulo 199, 2 Andar - Luanda		310760/ 310751	
MAXI Cash & Carry (Grupo Teixeira Duarte);	Av. Pedro de Castro Van-Dünen «Loy», Morro Bento, Luanda			
NOSSO SUPER (ODEBRECHT);	Estrada do Catete km 30 - Bairro de Viana		22267-7472 / 222 67 85 00	
POUPALÁ (GRULA);	R. Manuel Augusto dos Santos, 28, Maculusso Bairro das Ingombotas, Luanda		222 39 41 48	222 33 32 68
CENCO (Central de Compras das FAA e Forças de Segurança).	Rua Rainha Ginga, 240/2		222 330 764 / 222 338 504 / 222 330131	